

LYRIA CHAVES DE ANDRADE OLIVEIRA

PRODUTORES RURAIS E PARQUE NACIONAL:  
UM ESTUDO DE CASO NA SERRA DA CANASTRA - MG

Dissertação apresentada à Escola Superior  
de Agricultura de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Pós-Graduação  
em Administração Rural, para obtenção  
do título de "MESTRE."

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS  
1992

DEPARTAMENTO

ASSISTENTE

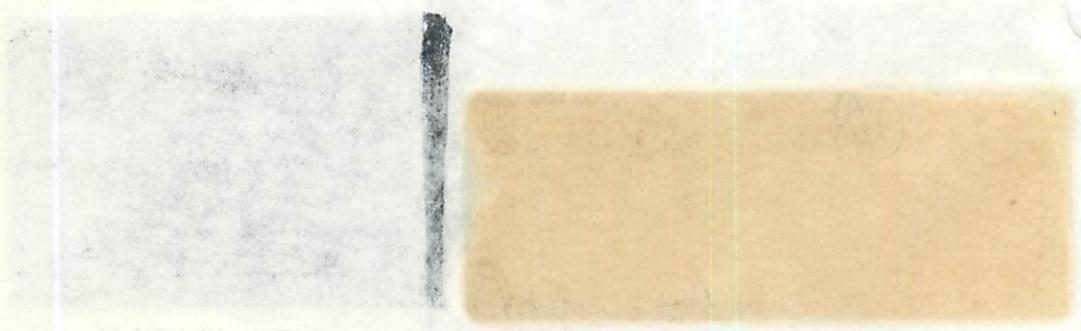
DATA DE

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

LYRIA CHAVES DE ANDRADE OLIVEIRA

UM ESTUDO DE CASO NA SERRA DA CANASTRA - MG  
PRODUTORES RURAIS E PARQUE NACIONAL

Dissertação apresentada à Escola Superior  
de Agricultura de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Pós-Graduação  
em Administração Rural, para obtenção  
do grau de "MESTRE"



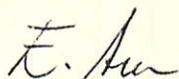
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS

1992

PRODUTORES RURAIS E PARQUE NACIONAL

UM ESTUDO DE CASO: NA SERRA DA CANASTRA - MG

APROVADA:



PROF. EDGARD ALENCAR

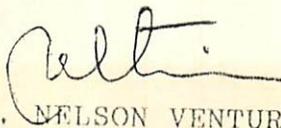
Orientador



PROF. JUVENCIO BRAGA DE LIMA



PROF. LUCIMAR LEÃO SILVEIRA



PROF. NELSON VENTURIN



PROF. RAQUEL COIMBRA DE CARVALHO

## AS QUEIMADAS

Verdes, esplendorosamente verdes,  
Entremeadas de flores,  
Santuários de lendas e poesia  
Vibrando a sinfonia da fauna,  
As matas embelezam a paisagem  
E dão alento a vida.  
De repente,  
Como se flores do inferno fossem,  
Focos de fogo brotam nas suas entranhas  
Por obra e graça de estupidez humana!..  
Ao sopro do vento tornam-se fogueiras..  
A crepitação das chamas  
Abala o alarido agônico da fauna  
A fumaça faiscante se torce...contorce...  
Espalha cinza...amortalha a paisagem.  
Um dia...uma semana...um mês...  
O fogo, tenebroso fogo, se extinguido vai...  
Ao homem deixa os frutos malditos da sua obra:  
Desertos cinzentos pontilhados de tições...  
Ajudada pelo tempo  
A natureza dadivosa e boa  
Semeia esperanças nos vastos cemitérios...  
Renasce a flor!...  
A duras penas crescendo vai...  
Mas os santuários de lendas e poesia  
Vibrando a sinfonia da fauna...  
Nunca mais!...Nunca mais!  
Nunca Mais!...

Condelaç Chaves de Andrade.

À Condelaç e Leandro

Dulce, Eduardo

Thiago e Thomaz

## AGRADECIMENTOS

A Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), à Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG), e ao Departamento de Administração e Economia (DAE) pela possibilidade da realização do Curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela concessão da Bolsa de Pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela permissão para realização deste trabalho no Parque Nacional da Serra da Canastra.

Ao Professor Edgard Alencar, pelo estímulo e compreensão sempre demonstrados na condução deste estudo.

Aos professores Nelson Venturin, pelo diálogo e estímulo em todas as fases desse estudo, Lucimar Leão, Raquel Coimbra e Juvêncio Braga de Lima pelas contribuições como participantes da banca examinadora.

Ao professor James Jackson Griffith, da Universidade Federal de Viçosa, pela cessão de vasta literatura que foi de inestimável valor, contribuindo grandemente para a realização deste trabalho.

Ao Engenheiro Florestal Odim Silva Paula Filho, diretor e demais funcionários do Parque Nacional da Serra de Canastra pela obtenção de informações, para a realização dessa pesquisa.

Aos Senhores Divino, Roseli, Renan, Ana, Domingos Vilela, Zé de Assis, Cidinha, Renato, Roseli, Arnaldo, Gininha, Daniel, Rui, Antunes, Jô, pelo agradável convívio durante a coleta de informações desta Pesquisa.

Aos colegas e amigos do curso de mestrado, Cleyton, Maria Helena, Narciso, Bento, Ulisses, Luciel, Hilton, Ana Alice, Renato, Rosa Teresa, Marco Aurélio, Francisval, Simão, Ronaldo pela convivência e solidariedade.

A Cecília Cristina Soares pelas valiosas contribuições.

A todos que de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo.

## BIOGRAFIA DO AUTOR

LYRIA CHAVES DE ANDRADE OLIVEIRA, filha de Condelaç Chaves de Andrade e Dulce Bueno Chenk, nasceu em Campos do Jordão, Estado de São Paulo, em 27 de fevereiro de 1957.

Graduou-se em 1987 no Curso de Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Ingressou em 1989 no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Administração Rural, na Escola Superior de Agricultura de Lavras.

## SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Parques Nacionais do Brasil.....	03
1.2. Situação atual dos Parques Nacionais do Brasil.....	05
1.3. Parque Nacional da Serra da Canastra.....	07
2. HIPOTESE E PERSPECTIVA METODOLOGICA.....	13
2.1. Hipótese.....	14
2.2. Análise Interpretativa.....	15
2.3. Conceito de Atitude e Comportamento.....	19
2.4. Caracterização Sócio-Econômica de Produtores Rurais... ..	23
2.5. Coleta e Análise de Informações.....	28
2.6. Entrevistas Realizadas.....	34
3. ACONTECIMENTOS QUE ANTECEDERAM A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA.....	36
3.1. Importância Historico do Rio São Francisco.....	36
3.2. Sistema de Pastoreio Tradicional.....	43
4. CATEGORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE PRODUTORES RURAIS.....	47
4.1. Produtores Camponeses.....	47
4.2. Empresários Familiares.....	50
4.3. Empresários com Níveis Médios de Renda.....	51
4.4. Empresários com Altos Níveis de Renda.....	52
4.5. Heterogenidade Social e Elementos Significantes.....	54

5. ELEMENTOS SIGNIFICANTES, PNSC E ATITUDES DOS PRODUTORES.....	61
5.1. Implantação, Demarcação e Conflito.....	61
5.2. Expectativas Criadas pela Implantação do PNSC.....	72
5.3. Preservação Ambiental: A visão do Produtor.....	78
5.4. Parque Nacional e Produtores Rurais.....	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
7. RESUMO.....	96
8. SUMMARY.....	98
9. NOTAS.....	100
10. BIBLIOGRAFIA.....	107
APÊNDICE.....	118

## LISTA DE QUADROS

QUADROS		PÁGINA
01	Categorias Sócio-econômicas de Unidades de Produção, Município de São Roque de Minas - MG.....	48
02	Elementos significantes nas atitudes dos produtores rurais vizinhos ao PNSC, 1990.....	60

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA		PÁGINA
01	Localização geográfica do Parque Nacional da Serra da Canastra...	08
02	Localidades limítrofes ao Parque Nacional da Serra da Canastra...	09

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações com as quais se defronta a sociedade atualmente é a questão ambiental. O objetivo da melhoria das condições de vida, como das condições sócio econômicas, deve considerar, também, a questão ecológica, sendo o estudo dos diferentes ecossistemas, bem como o uso dos recursos naturais renováveis, da maior importância para o desenvolvimento de um país. Uma das formas de se resguardar amostras inalteradas dos ecossistemas é a criação de Parques Nacionais e reservas equivalentes.

Parques Nacionais são áreas que possuem mais de um ecossistema, totalmente inalterado ou parcialmente alterado pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais ou animais, os sítios geomorfológicos e os "habitats" oferecem interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981)

Os objetivos dos Parques Nacionais propostos pela União Internacional para Conservação da Natureza (UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS, 1981) são:

- proteger amostras de todos os ecossistemas do país, assegurando o processo evolutivo;

- conservar espécies raras em perigo de extinção, biótipos, comunidades bióticas únicas, formações geológicas e geomorfológicas de relevante valor, paisagens de rara beleza cênica, objetivando garantir a auto-regulação do meio ambiente como, também um meio diversificado;
- preservar valores culturais, históricos e arqueológicos - patrimônio cultural para investigação e visitação;
- manter a produção hídrica, minimizando a erosão e sedimentação, especialmente quando afetam atividades que dependem da utilização da água e do solo;
- proporcionar meios para educação, investigação e estudos sobre o meio ambiente.

Os Parques Nacionais sobressaem-se dentre as unidades de conservação devido a seus múltiplos usos em pesquisa, recreação, educação ambiental e conservação dos recursos naturais MACHLIS & TCHNELL (1985), SOUZA (1990) e DINIZ, (1990). No entanto, alguns autores apontam os cuidados que se devem ter na definição de Parque. Definir um Parque Nacional como uma fortaleza envolve muitos riscos, principalmente quanto ao acesso e uso dos mesmos, uma vez que a criação de um Parque Nacional deve harmonizar os objetivos de conservação com os valores históricos e culturais (EIDSVIK, 1978; MCGANCK & GOEBEL, 1977; BORG, 1977; CROWE, 1979; ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA E ALIMENTACION 1988; GREY & CURBELLO, 1990 e PEREIRA & ROSABAL, 1990).

Quando se tenta estabelecer metas para a instalação de Parques Nacionais deve-se pensar nas populações locais, em seu modo de vida tradicional e em sua preservação, dada sua importância como patrimônio histórico e cultural (BORG, 1977 e PORTILHO, 1990). Segundo GORIO (1978) deve-se também lembrar do valor cultural da terra para os povos nativos. Deste modo, uma área só poderá se tornar um Parque Nacional quando se puder prever seus efeitos econômicos, sociais, assim como os benefícios para a população local (MILLER, 1980).

Em função das características culturais, físicas e sócio-econômicas próprias, políticas conservacionistas, com diferentes enfoques, têm sido adotadas em todo o mundo, mas a proteção de áreas que englobam as mais significativas amostras de ecossistemas, ou a conservação de áreas que representam exemplos da correta interferência humana são, em geral, parte de uma política nacional abrangente.

### **1.1. Parques Nacionais do Brasil**

Embora datem dos tempos coloniais, as primeiras preocupações com a questão ambiental só se efetivaram com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. A partir desta data os conceitos conservacionistas se solidificaram no Brasil.

De acordo com QUINTÃO (1984), podem ser estabelecidas quatro etapas na criação de Parques Nacionais no Brasil. A primeira etapa inicia-se com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional de Iguazu e da Serra dos Orgãos, em 1939. Embora não se possa negar a importância ecológica dessas

áreas, elas se localizam principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Estas duas regiões são mais densamente povoadas, o que possibilitou um maior número de informações a respeito dos recursos naturais renováveis aí existentes, ao contrário da falta de dados e dificuldade de acesso às demais regiões do país.

A segunda etapa inicia-se em 1940 e se estende até a década de 60. Com o fluxo migratório para Brasília, começa um novo período de criação de áreas de conservação. Nesta época são criados 12 Parques, sendo que três deles no Centro Oeste. Em 1948 é criado o de Paulo Afonso (BA/AL); em 1959 o de Ubajara (CE), Aparados da Serra (SC/RS) e Araguaia (GO); em 1961 o de Emas (GO), Chapada dos Veadeiros (GO), Caparaó (MG/ES), Sete Cidades (PI), Tijuca (RJ), São Joaquim (SC), Monte Pascoal (BA) e Brasília (DF).

Durante a primeira fase do regime militar (1964-1970), o país atravessou um período de grandes transformações que podem ser sintetizadas pela modernização econômica e agravamento da questão social. Neste período não foram criados Parques, pois dentre as preocupações dos militares não se incluía a conservação da natureza. Em um segundo momento do regime militar (1971-1985), os movimentos ecológicos ganham força, embora fortemente vinculados aos movimentos de oposição a este regime. É neste contexto que são criados os Parques Nacionais da Serra da Bocaina (SP/RJ-1971), da Serra da Canastra (MG-1972), da Amazônia (PA/AM-1974), do Pico da Neblina (AM-1980), do Cabo Orange (AP-1980), de Jaú (AM-1981), do Pantanal Matogrossense (MT-1981), o Marinho de Abrolhos (BA-1983) e o da Serra do Cipó (MG-1984).

Entretanto, dois Parques foram extintos: o Parque Nacional de Paulo Afonso e o Parque Nacional de Sete Quedas, 1982; ambos para dar lugar a hidroelétricas.

Com a Nova República (1985-1990), o movimento conservacionista desvincula-se de suas origens de oposição ao Regime Militar e ganha as ruas, denunciando a grande devastação ambiental a que foi submetido o país (OLIVEIRA FILHO, 1990). São criados neste período o PN da Chapada Diamantina (BA-1985), o PN Rio do Peixe (RS-1986), da Chapada dos Guimarães (MT-1989) e Superagui (SP/PR 1989). Os Parques Nacionais em geral chamaram muito a atenção de todo o país para o seu estado de abandono. Em 1990, grandes incêndios se abateram sobre os PNs de Itatiaia, Caparaó, Serra da Canastra e das Emas.

## **1.2. Situação Atual dos Parques Nacionais no Brasil**

Atualmente o Brasil tem um sistema de Parques Nacionais composto por 34 unidades ligadas administrativamente ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Alguns autores como PEREIRA (1980), PEREIRA (1983); PADUA (1986), QUINTÃO (1984) e WETTEBERG (1987) salientam os grandes problemas pelos quais essas áreas de conservação têm passado. Todos são unânimes ao afirmar que a maior parte destes problemas origina-se na forma como essas áreas são criadas, redimensionadas ou extintas, refletindo o caráter autoritário dos órgãos encarregados de gerenciá-las.

X A criação dos Parques Nacionais no Brasil é feita por decreto do Presidente da República. Quando o Departamento de Parques do IBAMA, após alguns estudos preliminares, julga que determinada área deve ser preservada pelo poder público, envia um parecer técnico ao presidente do IBAMA, que, de acordo com o parecer, o remete ao Ministro do Interior. Concordando com o relatório e pareceres técnicos, este, por sua vez, os encaminha ao Presidente da República que, em última instância, decide sobre a criação ou não do Parque (QUINTÃO, 1984) e (PEREIRA, 1983).

Em muitos casos o poder político, representando grupos econômicos interessados na valorização de áreas vizinhas aos Parques Nacionais, pressiona o poder público para a criação de um determinado Parque Nacional (BARBANTINI, Jr., 1989). Outra situação bastante comum no processo de criação de um Parque Nacional é a mobilização de produtores rurais, tentando evitar a desapropriação de suas terras, ou temendo o baixo valor da indenização pela área desapropriada.

Segundo PEREIRA (1980), QUINTÃO (1984) e MILANO (1985), os Parques Nacionais do Brasil existem de direito e não de fato. PADUA (1986), vai mais longe, chamando-os de "Paper Parks", parques de papel, pois muitos só se apresentam como Parques apenas no decreto de criação. Essa dura constatação sobre a realidade das áreas de preservação no Brasil deve-se a não alocação de recursos federais para a implantação dos PNs. Segundo PEREIRA (1980), QUINTÃO (1984), PADUA (1986), WETTERBERG (1987), BARBANTINI Jr. (1989) e VAZ (1991), ato contínuo à criação do Parque seria a alocação de recursos para desapropriação das

terras e sua posterior implantação. Entretanto, o que se verifica na realidade é que a carência de recursos cria uma questão fundiária que só em muitos anos será resolvida. Por conseguinte, essas áreas ficam sujeitas a um impacto ambiental muito maior que antes de sua criação, uma vez que o descontentamento dos proprietários com o processo de desapropriação de suas terras tem motivado invasões, queimadas, caça, pesca, retirada de madeira, etc.

A problemática ambiental em algumas áreas como o PN de Grandes Sertões, PN Caparaó, PN Pantanal Matogrossense e em outros mais chega a ser tão conflitante que o próprio IBAMA, órgão responsável pela gestão destas áreas, reconhece sua total falta de autoridade sobre elas. As populações vizinhas aos Parques não o vêem como Patrimônio da Nação, mas sim um elemento estranho à sua realidade e, muitas vezes, introduzidos à força (QUINTÃO, 1984) e (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1988).

### 1.3. Parque Nacional da Serra da Canastra

O Parque Nacional da Serra da Canastra, criado pelo decreto 70.335 de 5 de abril de 1972, situa-se na região sudoeste do Estado de Minas Gerais (Figura 1), ocupando áreas dos municípios de São Roque de Minas, Sacramento e Vargem Bonita. (Figura 2). A área inicial proposta para este Parque era de 200.000 ha. Mas, pressões políticas forçaram e houve um redimensionamento, tendo hoje uma área de 71.225 ha, delimitada por um perímetro de 173 Km.

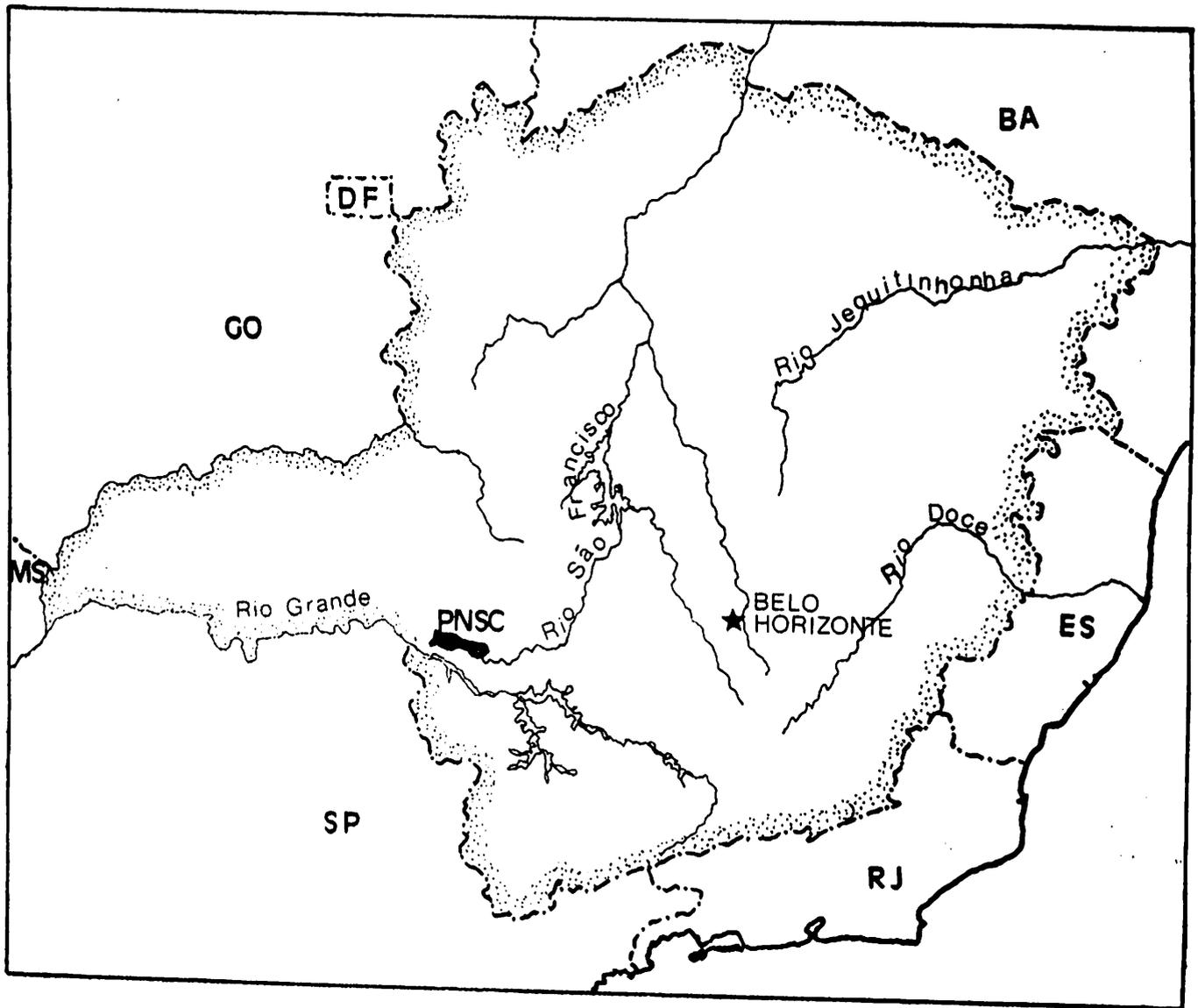


FIGURA 01. Localização geográfica do Parque Nacional da Serra da Canastra.

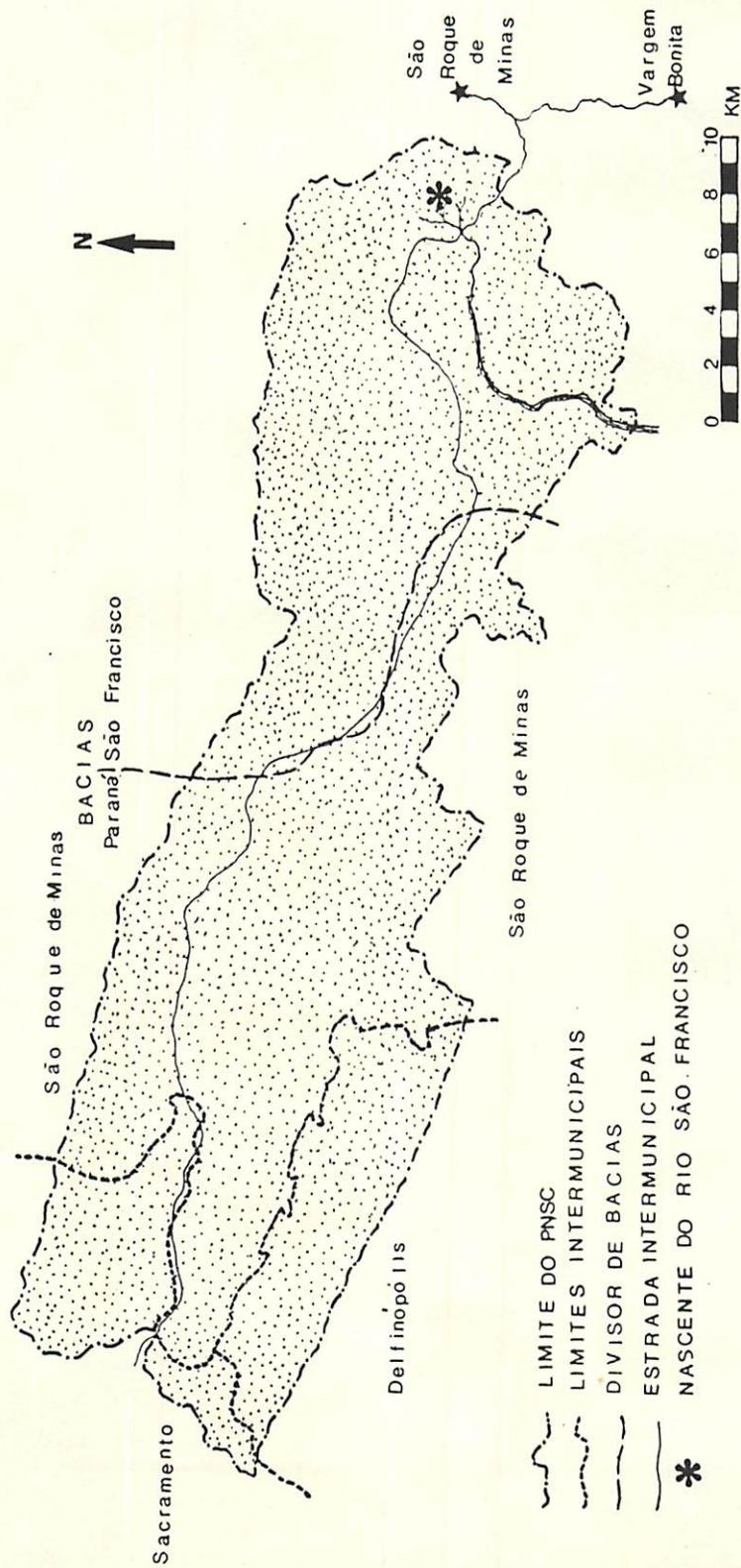


FIGURA 02. Localidades Limítrofes ao Parque Nacional da Canastra.

Segundo a classificação climática de Köppen, o clima predominante no Parque é do subgrupo Cwb, cuja temperatura média no mês mais frio é inferior a 18°C e no mês mais quente não ultrapassa a 22°C; o índice pluviométrico anual varia de 1300 a 1700mm, (CENTRO DE RECURSOS NATURAIS, 1975).

As altitudes variam entre 1000 e 1500m e as chapadas são características do relevo. A cobertura vegetal é constituída por campo limpo, nas partes altas (chapadas) predominam gramíneas, cerrados nas encostas. Em outras formações vegetais predominam campos e matas mesofílicas localizadas ao longo dos cursos d'água CENTRO DE RECURSOS NATURAIS (1975), INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (1983) e MOTA (1984).

A fauna está representada por 27 espécies de mamíferos e 119 espécies de aves, sendo que muitas delas como o tamanduá bandeira, lobo guará, pato mergulhão, urubu rei estão ameaçadas de extinção. As diferentes unidades pedológicas encontradas são afloramentos rochosos e litossolos, em 40% da área. Os solos apresentam baixa fertilidade e nas regiões de relevo mais acentuado, forte susceptibilidade à erosão, (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981).

Na região do Parque Nacional da Serra da Canastra prevalece a estrutura minifundiária, com propriedades com menos de 100 hectares, onde a criação de gado constitui a principal atividade e é feita de maneira tradicional, com baixo nível tecnológico e baixa rentabilidade. Quase todas as áreas de campos cerrados da região são usadas como pastagens, somente em áreas esparsas são usadas pastagens plantadas. Na agricultura

predominam culturas de subsistência, praticadas em um sistema de manejo pouco desenvolvido, não havendo emprego de capital para manutenção, manejo e melhoramento das condições produtivas. Há grande utilização de tração animal nos trabalhos agrícolas. As culturas de maior importância são: café, milho, e arroz. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981).

As finalidades de criação do Parque Nacional da Serra da Canastra foram de proteção a dois importantes ecossistemas. O ecossistema terrestre, formado por campos, afloramentos rochosos, cerrados e florestas e o ecossistema aquático, representado por poços, córregos e inúmeras nascentes, sendo a mais importante delas a nascente do Rio São Francisco (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1983). Estão ainda presentes as nascentes do Rio Paranaíba e Rio Grande que contribuem para a formação do Rio Paraná (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1982). Da mesma forma que os demais Parques Nacionais, o PN da Serra da Canastra foi criado sem que houvesse alocação de recursos para sua regularização fundiária e isto tem levado, ao longo de dezoito anos de existência, a grandes alterações antrópicas provocadas por queimadas, invasões, pastoreio, caçadas, desmatamento e mineração.

O primeiro incêndio registrado dentro da área foi em 1819 por Saint Hilaire, naturalista francês que visitou e descreveu as nascentes do Rio São Francisco no século passado. O gado leiteiro e o fogo têm sido presenças constantes dentro do Parque até hoje; em 1988, aproximadamente 85% da área foi queimada (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS

NATURAIS RENOVÁVEIS, 1990) e se observam atualmente matas ciliares ao longo do Rio São Francisco, acanhadas e muito restritas, o que não deve refletir sua situação natural antes das alterações antrópicas, INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (1983). A garimpagem de diamantes em áreas de aluvião quaternário, vizinhas ao Parque, é outra atividade que traz alterações ecológicas, cujos reflexos podem ser sentidos em todo o ecossistema da região.

Embora os produtores rurais não sejam os únicos responsáveis pelas ações que causam danos aos ecossistemas do PNSC, algumas delas estão associadas a práticas agropecuárias como, por exemplo, queimadas e invasões acompanhadas de pastoreio. Por conseguinte, o presente estudo buscou compreender os motivos que levam os produtores vizinhos a esse Parque a praticar tais intervenções, as quais poderiam ser consideradas hostis.

## 2. HIPÓTESE E PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo são apresentados a hipótese exploratória e os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a sua formulação, a coleta de informações e a análise. Pode causar estranheza iniciar este capítulo pela hipótese, já que o usual seria precedê-la de um tratamento teórico. Acontece que pesquisar é um processo no qual a própria "apreensão" do fenômeno e sua "delimitação" não estão dissociados da perspectiva teórico-analítica adotada pelo pesquisador. Isto significa assumir a postura de que é o sujeito quem comanda o processo de conhecimento. Tal postura é uma alternativa epistemológica, como também é uma alternativa epistemológica admitir que é o objeto que comanda o processo de geração do conhecimento. Assim, iniciou-se este capítulo pela hipótese exploratória que representa uma primeira aproximação analítica do pesquisador com o fenômeno a ser estudado e, conseqüentemente, traz em seu conteúdo a perspectiva teórico-metodológica que guiou a formulação e a execução da pesquisa. Existe uma consciência de que esta perspectiva poderia ser outra, mas, neste caso, o pesquisador também seria outro.

## 2.1. Hipótese

As colocações efetuadas sobre a constituição dos Parques Nacionais no Brasil e, especificamente, sobre o processo de constituição do Parque Nacional da Serra da Canastra, conduziram à formulação da seguinte hipótese exploratória: as ações hostis praticada em relação ao Parque Nacional da Serra da Canastra, por parte dos produtores vizinhos resultam do significado que este possui para tais produtores.

Significado pode ser entendido como atributo que os indivíduos distinguem em um objeto, o qual pode assumir as seguintes características: a) objetivos, meios e obstáculos, quando se trata de uma ação; b) estéticos e/ou valorativos, quando se trata de uma avaliação. Por ações hostis entendem-se as intervenções humanas na área do Parque, que colocam em risco o seu ecossistema, exemplificadas por queimadas, caça e pesca, invasões, pastoreio, etc. O adjetivo hostil, utilizado para qualificar a ação depredadora contra este Parque, encerra um conteúdo valorativo de negação ou reprovação. Tal conteúdo fundamenta-se no significado que o pesquisador e outros indivíduos (conservacionistas, cientistas) atribuem ao Parque, consubstanciados nas funções que este pode desempenhar para a sociedade. No entanto, algumas questões podem ser levantadas para elucidar a hipótese formulada:

- O significado que o pesquisador e outros indivíduos atribuem ao Parque Nacional da Serra da Canastra é partilhado pelos produtores e ele vizinhos?

- Estes produtores entendem, a exemplo do pesquisador, que suas ações são hostis?

- O processo de constituição do Parque influenciou o significado que os produtores atribuem a ele?

Espera-se que as respostas a estas questões possam contribuir para a compreensão das relações que são estabelecidas entre produtores e o Parque Nacional da Serra da Canastra. Espera-se, também, que eles sirvam para orientar, no futuro, o processo de intervenção dos órgãos públicos encarregados da manutenção e administração deste Parque. Todavia, as respostas a estas questões não poderão ser obtidas através de métodos convencionais de análise. Por se tratar do estudo do significado, a análise a ser elaborada está centrada no sujeito da ação. Isto implica em que o estudo seja conduzido a partir da perspectiva do sujeito e não do pesquisador. Tais colocações destacam os princípios teóricos da análise interpretativa. Fundamentando-se em Ricoeur, MASINI (1989, p.63) observa que "há interpretação onde houver sentido múltiplo e é na interpretação que a pluralidade de sentidos torna-se manifesta". A hipótese e as questões aqui formuladas pressupõem a existência de sentidos (significados) múltiplos, por exemplo, o significado do Parque para o pesquisador e o significado do Parque para os produtores vizinhos.

## **2.2. Análise Interpretativa**

A análise interpretativa privilegia ao estudar o comportamento humano, o significado que o indivíduo ou grupo de

indivíduos, enquanto seres sociais, atribuem às suas ações. De acordo com TAYLOR (1979, p.32/34), quando se fala de significado, está se usando um conceito que possui a seguinte articulação: significado existe para o indivíduo e é de alguma coisa que se encontra em um contexto (**field**).

Esta articulação quer dizer, em primeiro lugar, que significado não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo específico de indivíduos. Em outras palavras, um dado elemento pode ter significados diferentes para indivíduos diferentes. Em segundo lugar, o significado é de alguma coisa, isto é: pode-se distinguir entre o elemento (situação, ação ou qualquer outra coisa) e o seu significado. Isto não quer dizer que o elemento e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que o elemento tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do seu significado para o indivíduo. Todavia, as relações entre as duas descrições não são simétricas e, assim, a descrição em termos de significado não pode ser, senão, a descrição de outra natureza: não pode haver significado sem substrato (essência). Em terceiro lugar, as coisas somente possuem significados em um contexto (**field**), ou seja, em relação ao significado de outras coisas. Isto quer dizer que um dado elemento não pode ser visto de forma singular, isolado, não relacionado com outro elemento significante. Isto também quer dizer que mudanças nos outros significados no contexto (**field**) podem envolver mudanças no dado elemento. Desta forma, o seu significado não pode ser identificado, exceto em relação a outros significados.

A noção de significado para a análise interpretativa traz em seu conteúdo uma perspectiva ou modo do pesquisador encarar o mundo, onde a idéia de que as ciências sociais devem se limitar à observação e explicação causal dos fenômenos, não possui espaço. Esta perspectiva é denominada de fenomenológica. Como observa MASINI (1989, P.62/63), não existe "o" ou "um" método fenomenológico, mas uma atitude:

*"É a atitude de abertura ao ser humano para compreender o que se mostra (abertura no sentido de estar livre para perceber o que se mostra e não preso a conceitos e pré-definições). (...) Compreender deixa de ser visto como um modo de conhecer, para ser visto como um modo de ser - o ser que existe como modo de compreender (não há separação Sujeito-Objeto)".*

Na perspectiva fenomenológica, o pesquisador procura descrever o fenômeno<sup>2/</sup>, pô-lo a descoberto, desvendá-lo além da aparência. Descrição é considerada em fenomenologia como:

*"um caminho de aproximação do que se dá, da maneira que se dá e tal como se dá. Refere-se ao que é percebido do que se mostra (ou do fenômeno). Não se limita à enumeração dos fenômenos como o positivismo, mas pressupõe alcançar a essência do fenômeno" (MASINI, 1989, p.63.).*

Ou como coloca LARA (1988, p.107), a fenomenologia não se preocupa em descrever as características sensíveis do fenômeno:

*"É pelo contrário, trabalho de ultrapassagem, das características sensíveis, para se colher aquilo que de essencial aparece.(...) Significa, explica Husserl, assumirmos uma atitude diferente da atitude comum que em geral temos diante de qualquer fenômeno."*

Assim, a perspectiva fenomenológica é simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da hermenêutica - compreensão- interpretação-nova compreensão) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental. A pesquisa fenomenológica, portanto, parte da compreensão - não de definições ou conceitos - que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao se perceber novas características do fenômeno, ou ao se encontrar no outro interpretações, compreensões diferentes, surge para o pesquisador nova interpretação que levará a uma compreensão (MASINI, 1989, p.63). A noção de significado e a idéia que este pode ter sentido múltiplo tornam a perspectiva fenomenológica relevante para este estudo, principalmente quando se considera que a sociedade não é um todo homogêneo.

Enquanto ser social, o indivíduo é membro de uma sociedade e, como tal, está inserido na sua estrutura social, partilha de suas instituições e dos seus padrões gerais de cultura, como os demais membros da sociedade. No entanto, os membros de uma sociedade não formam um todo homogêneo, uma vez que estes são diferenciados dentro de sua estrutura social<sup>3/</sup>. Assim, embora partilhem de padrões culturais semelhantes, eles podem ser diferentes quanto a habilitação, dimensão de poder, prestígio e experiência vivida. Podem, também, possuir diferentes interesses, diferentes problemas e visões distintas do mundo. Se certos padrões gerais da cultura dão aos indivíduos a identidade de pertencerem a uma sociedade, os padrões de diferenciação

social, por outro lado, lhes dotam de especificidades e os distinguem dos demais membros. Tais especificidades podem representar dimensões cognitivas diferentes e, por conseguinte, os objetos, situações e ações podem, também, possuir significados diferentes. É nesse sentido que ganha relevância teórico-analítica os três elementos da articulação do conceito de significado, apresentado por TAYLOR (1979): indivíduo-objeto-contexto.

O termo intervenção humana, empregado na hipótese e nas questões levantadas para elucidá-las, conduz aos conceitos de atitude e comportamento. Estes três elementos apresentados por TAYLOR (1979) estão presentes em algumas teorias psico-sociais e sociológicas que colocam o processo cognitivo como fator central para se compreender a atitude e o comportamento humano. Todavia, deve-se observar que a inclusão desses três elementos na estrutura teórica nem sempre significa adotar a perspectiva fenomenológica na análise dos fenômenos denominados atitudes e comportamento<sup>4/</sup>. Na próxima seção será discutida a centralidade do elemento cognitivo nos conceitos de atitude e comportamento.

### **2.3. Atitude e Comportamento**

Atitude é, segundo RODRIGUES (1972, p.397), uma organização duradoura (mas não imutável) de crenças e cognições, em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto. A atitude possui três componentes clara-

mente discerníveis: componente cognitivo; componente afetivo; componente comportamental. Para que haja uma carga afetiva pró ou contra um objeto (elemento geralmente manifesto da atitude) é necessário que se tenha uma representação cognitiva deste mesmo objeto. As crenças e demais componentes cognitivos (conhecimento, experiência, etc. que conduzem a um modo de encarar o objeto) relativos ao objeto de uma atitude constituem o componente cognitivo. Como observa RODRIGUES (1972, p.398), muitas vezes a representação cognitiva que um indivíduo tem de um objeto é vaga ou "errônea". Quando vaga, seu afeto em relação ao objeto tenderá a ser pouco intenso; quando supostamente "errônea", porém, isto em nada influirá na intensidade do afeto, o que será consistente com a representação cognitiva que o indivíduo faz do objeto, seja ela correspondente à realidade ou não. O componente afetivo é o mais nitidamente característico da atitude (justamente pelo fato de ser, de modo geral, manifesto), o qual é definido como o sentimento pró ou contra um determinado objeto. Em outros termos, é a expressão do significado que o indivíduo atribui a um dado objeto.

RODRIGUES (1972, p.400) considera que a posição, geralmente aceita pelos psicólogos sociais, é a de que as atitudes possuem um componente ativo, instigador de comportamentos coerentes com as cognições e os afetos aos objetos, identificado como componente comportamental. No entanto, apesar deste caráter instigador, não raro se verificam certas inconsistências entre as atitudes e os comportamentos expressos pelos indivíduos. As atitudes envolvem o que os indivíduos

pensam, sentem, e como eles gostariam de se comportar em relação a um objeto atitudinal. Todavia, o comportamento não é apenas determinado pelo que as pessoas gostariam de fazer mas, também, pelo que elas pensam que deveriam fazer (isto é, pelas normas sociais), pelo que elas geralmente têm feito (isto é, pelo hábito) e pelas consequências esperadas de seu comportamento (isto é, sanções e resultados para outras pessoas), o que leva à conclusão de que o comportamento é uma resultante de múltiplas atitudes (RODRIGUES, 1972, p.403). Esta breve discussão coloca em relevância a centralidade do componente cognitivo para o estudo da atitude, por ser ele o articulador de diferentes objetos (elementos) em um contexto, a partir do qual um dado objeto adquire um significado para o indivíduo.

Quando se fala que o componente cognitivo é o elemento articulador de diferentes objetos situacionais (elementos em um contexto) e que é através dele que tais objetos adquirem significados, insere-se, também, a noção de lógica e intencionalidade na ação humana. Segundo PAIXÃO (1989, p.35), na perspectiva voluntarista da ação, um ato (comportamento, ação) implica logicamente (a) um ator individual ou uma pluralidade de atores, perseguindo (b) objetivos ou estados futuros antecipados pelo ator (c) em uma situação (contexto) analisável em termos de "condições" (elementos recalcitrantes aos objetivos do ator) e "meios" (os elementos controlados pelo ator). O ator confronta-se com meios alternativos para atingir objetivos na situação e a sua escolha obedece a uma (d) orientação normativa (em oposição tanto às escolhas aleatórias de meios quanto à subordinação

exclusiva da escolha às condições da ação). Esta compreende, observa PAIXÃO (1989, p.36), elementos cognitivos (a percepção, pelo ator, do conjunto total de objetos), catéticos (atribuição, pelo ator, de significados afetivos ao objeto) e avaliativos (a organização, pelo ator, de suas escolhas cognitivas e afetivas em um plano inteligente de ação).

As teorias sobre atitude e comportamento humano ao destacarem o elemento cognitivo como articulador do significado e, ao inserirem a noção de lógica e intencionalidade no comportamento humano<sup>5/</sup>, colocam para o pesquisador questões que vão além das simples manifestações das atitudes e dos atos. Em analogia, tais manifestações representariam a ponta de um iceberg: a menor parte do bloco de gelo que flutua, mas por esta ser a superfície, é a parte visível. Considerando-se que os padrões de diferenciação social dotam os indivíduos de uma mesma sociedade de especificidade que os distinguem, infere-se que os elementos de um dado contexto podem ter, em uma mesma sociedade, significados diferentes. Todavia, além de destacarem a importância da compreensão dos significados para se entender as atitudes e os comportamentos manifestos, tais colocações evidenciam a importância de se adotar a perspectiva do "indivíduo observado" ao interpretar os significados de suas atitudes e ações, ainda que estas possam ser para o pesquisador denominadas de "intervenções hostis", a exemplo do que ocorre com as ações dos produtores vizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra. Ao adotar a "perspectiva do observado", torna-se necessário o uso de técnicas de pesquisa de natureza qualitativa.

No entanto, antes de discorrer sobre estas técnicas, é importante observar que também os produtores rurais não formam uma categoria social homogênea.

#### 2.4. Caracterização sócio econômica de produtores rurais

Vários são os estudos conduzidos no Brasil sobre o processo de diferenciação social no campo e sobre a caracterização sócio-econômica das unidades de produção<sup>6/</sup>. Estes estudos mostram que o meio rural não pode ser considerado homogêneo, uma vez que ele é formado por classes sociais e frações de classe, tais como:

- Latifundiários
- Parceiros e pequenos arrendatários
- Empresários capitalistas
- Assalariados
- Empresários familiares
- . permanentes
- Camponeses
- . temporários<sup>7/</sup>
- Neocamponeses

São denominados *latifundiários* os proprietários de terras cujos proventos residem, sobretudo, na esfera mercantil ou renda da terra. Suas unidades de produção (latifúndios) apresentam as seguintes características gerais: baixa composição de capital, expresso em termos de máquinas, equipamentos e uso de insumos industrializados; combinação do trabalho assalariado com parceria e/ou arrendamento; alto grau de especialização (por exemplo, pecuária extensiva ou exploração extrativista) e comercialização (a produção está voltada para o mercado, embora possa existir uma produção diversificada desenvolvida pelos

parceiros ou moradores e voltada para subsistência desses e de suas famílias); áreas são multimodulares (constituídas de vários módulos rurais), (BARAÚNA, 1988); (MÜLLER, 1982) e (MOLINA FILHO, 1977).

*Empresários capitalistas* são considerados os produtores de médio e grande porte que obtêm grandes volumes de produção, graças à elevada composição de capital. Suas unidades de produção (empresas capitalistas) são caracterizadas por possuírem: áreas multimodulares; elevados níveis de investimentos no processo produtivo; alto grau de comercialização (produção de valor de troca) e especialização (poucas linhas de exploração e muitas vezes essas linhas são complementares); predominância da força de trabalho contratada e formada por trabalhadores assalariados permanentes e/ou temporários (BARAÚNA 1988); (MÜLLER, 1982) e (MOLINA FILHO, 1977).

*Empresários familiares* são produtores que em superfícies relativamente diminutas (áreas modulares), obtêm volumes de produção elevados, graças à combinação do trabalho da família com o trabalho contratado (em proporção onde predominam, claramente, o primeiro tipo de mão-de-obra) e que operam com níveis elevados de capital de exploração. Os produtos obtidos em suas unidades (empresas familiares) destinam-se, basicamente, ao mercado, (BARAÚNA, 1988); (MÜLLER, 1982) e (MOLINA FILHO, 1977).

Entende-se por *camponeses* aqueles produtores que em superfícies relativamente pequenas (minifúndios ou áreas modulares) e com predominância do trabalho familiar, desenvolvem uma produção agrícola, caracterizada pela baixa incorporação de

processos técnicos e baixo nível de produção. O produto obtido nas unidades camponesas destina-se, fundamentalmente, à subsistência da família (produção de valor uso), a qual é, muitas vezes, complementada pelo trabalho de seus membros fora da unidade de produção como parceiros, trabalhadores assalariados permanentes ou temporários. O produto comercializado pelos camponeses representa a sobra da subsistência, em muitos casos somente possível pelo sobretrabalho ou subconsumo da família, (BARAÚNA, 1988); (MÜLLER, 1982) e (MOLINA FILHO, 1977).

*Neocamponeses* são pequenos proprietários (áreas moduladas) que operam predominantemente com a força de trabalho da família, usam tecnologias modernas e estão integradas ao capital industrial e/ou comercial como fornecedores de matérias primas. Os produtores neocamponeses apresentam rendas líquidas baixas que lhes garantem tão somente uma reprodução simples (manutenção da terra e subsistência da família), daí o seu caráter de produtor camponês<sup>B/</sup>, (BARAÚNA, 1988), (MÜLLER, 1982) e (PEREZ, 1975).

*Parceiros* são produtores sem terra, ou com áreas de terras insuficientes para gerarem a subsistência de suas famílias e, por isso, desenvolvem atividades agrícolas em terras de terceiros, através de um acordo (parceria), onde envolvendo a divisão final do produto obtido. A forma mais usual desse acordo é a "meia", também conhecida como "meiação". Nesse acordo cabe ao proprietário da terra cedê-la, preparar o solo, custear a metade dos insumos a serem empregados. Ao parceiro compete pagar a metade dos custos dos insumos, plantar, capinar a lavoura, colher

e arranjar a mão-de-obra que o auxiliará nessas atividades, geralmente constituída por membros da família. Após a colheita, o produto obtido é dividido em partes iguais ("meiação"), cabendo uma parte ao proprietário da terra e a outra ao parceiro (ALENCAR, 1986).

*Pequenos arrendatários* são também produtores sem terra ou com áreas de terra insuficientes para gerarem a subsistência de sua família, alugam pequenas áreas para desenvolverem atividades agropecuárias voltadas tanto para a subsistência quanto para a comercialização. O aluguel, de modo geral, é pago em dinheiro e o seu valor é fixado em referência ao preço de um produto agropecuário regional, o qual não necessita ser o produto cultivado pelo pequeno arrendatário. Por exemplo, na região Sul de Minas Gerais, o valor do arrendamento é fixado em litros de leite (ALENCAR, 1986).

Constituem-se *Trabalhadores assalariados* aqueles trabalhadores rurais que têm na venda de sua força-de-trabalho a fonte principal de renda e sobrevivência. Estes trabalhadores se dividem em trabalhadores temporários e permanentes. Os *trabalhadores permanentes* têm, de modo geral, a sua remuneração fixada por horas ou dias de trabalho. Usualmente, executam atividades especializadas (por exemplo, operadores de máquinas e retireiros) nas unidades de produção mais capitalizadas. Os *trabalhadores temporários* são remunerados pela produtividade do trabalho (por exemplo: tarefa, empreitada, litros de café colhido, etc...) e, geralmente, executam tarefas sazonais (GONZALES & BASTOS, 1977).

Análises da transformação na agricultura brasileira mostraram que o processo de diferenciação social no campo apresenta as seguintes tendências: (a) depurar as relações de produção capitalista nas grandes empresas; (b) fortalecer um importante setor de produtores familiares capitalizados; (c) gerar uma massa de pequenos produtores pauperizados, os quais se encontram marginalizados pela baixa produtividade; (d) queda no crescimento dos pequenos arrendatários e parceiros; (e) aumento de trabalhadores assalariados, notadamente dos trabalhadores temporários (SORJ & WILKINSON, 1983) e (MÜLLER, 1982). No entanto, de acordo com SORJ & WILKINSON, (1983), a direção ou sentido deste processo ainda não está claramente definido e que a predominância dessas tendências é desigual nas diferentes regiões do país.

Apesar desta situação, os estudos citados mostram que o setor rural não é homogêneo e que cada uma dessas classes e frações de classe podem ter: (a) diferentes interesses, os quais podem ser mesmo conflitantes; (b) uma visão distinta do mundo; (c) diferentes problemas; (d) acesso diferenciado aos benefícios institucionais; (e) diferentes níveis de facilidade ou dificuldade para se organizarem; (f) diferentes dimensões de poder. (ALENCAR, 1990). Assim, como foi observado, os padrões de diferenciação social dotam os indivíduos de especificidades que os distinguem. Tais especificidades podem representar dimensões cognitivas diferentes e, por conseguinte, os objetos, situações e ações podem, também, possuir significados diferentes para indivíduos posicionados diferencialmente na estrutura social.

## 2.5. Coleta e Análise de Informações

A escolha das técnicas de coleta de informações e de outros instrumentos metodológicos empregados em uma investigação científica está intimamente relacionada à formulação do problema de pesquisa e ao referencial teórico que lhe dá suporte analítico. Como observa (LUNA 1989, p. 30):

*"O ponto em questão, é que nenhuma técnica pode ser escolhida a priori antes da clara formulação do problema, a menos que a própria técnica seja o objeto de estudo (como seria o caso em uma avaliação dos limites e possibilidades de uma determinada técnica de pesquisa (...)). Fazê-lo significa atribuir à técnica um poder que ela não tem. (...)"*

O problema de pesquisa, a hipótese exploratória, formulada no início deste capítulo e as questões levantadas para elucidá-las conduzem à adoção de técnicas de natureza qualitativa para coleta e análise de informações. Entre as técnicas de pesquisa, o roteiro, constituído de questões semi-estruturadas, foi utilizado para conduzir as entrevistas com os produtores vizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra. Autores como GALTUNG (1968), LAKATOS & MARCONI (1988) e HAGUETTE (1987) consideram que as questões semi-estruturadas (questões abertas) são adequadas para a obtenção de informações que visam averiguar planos de ação atuais e passados, identificar razões ou motivos, sentimentos ou atitudes. Segundo esses autores as questões semi-estruturadas permitem maior flexibilidade na interação que se estabelece entre o pesquisador e o entrevistado no momento da coleta de dados: (a) a pergunta pode ser formulada

de forma diferente quando a situação exigir; (b) o entrevistado tem oportunidade de narrar acontecimentos e explicá-los, usando seus próprios símbolos; (c) as respostas dadas a uma questão podem dar origem a outras questões, permitindo maior aprofundamento sobre considerações tecidas pelo entrevistado.

Uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa, segundo TRIVINOS (1987,p.130), é a sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas, os quais são considerados, muitas vezes como óbvios ou não investigáveis no positivismo. Esse autor observa que o enfoque fenomenológico privilegia esta análise ao considerar que os significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos dependem de pressupostos culturais próprios do meio que alimenta sua existência.

*"Por isso, os investigadores dessa corrente aprofundaram, especialmente através da entrevista semiestruturada e da observação livre (...), o estudo do que pensavam os sujeitos sobre suas experiências, sua vida e seus projetos. Na busca do que estava aí muitas vezes, invisível, os pesquisadores procuravam detectar os significados que as pessoas davam aos fenômenos."  
(TRIVINOS, 1987 p.130)*

As questões que constituíram o roteiro de entrevista, usado nesse estudo procuraram cobrir acontecimentos e manifestações vinculadas ao impacto causado pela criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, na localidade de São Roque de Minas, bem como as relações atuais desses produtores com essa unidade de conservação. Outras questões levantadas, visavam apreender a interação existente entre a preservação ambiental e a pecuária extensiva.

Tais temas originaram-se da literatura revisada sobre Párques Nacionais, de artigos publicados em jornais, revistas e outros documentos, como também de conversas informais mantidas com produtores vizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra; com o diretor desse Parque, presidentes de partidos políticos, chefe do Destacamento Florestal de São Roque de Minas e comerciantes locais.

Esses primeiros contatos com a localidade em estudo foram estabelecidos nos meses de maio e junho de 1990. Essas visitas e contatos iniciais permitiram, não só a formulação do roteiro de pesquisa, mas a estruturação de todo trabalho de pesquisa, inclusive a escolha da análise interpretativa a partir da abordagem fenomenológica<sup>9/</sup>.

As informações obtidas através das entrevistas semi-estruturadas com os produtores vizinhos ao PNSC constituíram, assim, o material empírico deste estudo, o qual foi completado pelas informações obtidas de outras fontes, tais como: jornais, documentos, conversas com outras pessoas. Seguindo as sugestões de ANDRÉ (1989) e TRIVINOS (1987), o processo de análise desse material iniciou-se por uma leitura exaustiva das entrevistas semi-estruturadas. Essas leituras sucessivas propiciaram a emergência de elementos que se apresentaram para o investigador como os mais significativos nas declarações dos produtores. O segundo passo da análise concentrou-se no confronto destes elementos, tidos como mais significativos, com o referencial teórico, com a hipótese e com as questões formuladas para elucidá-las. Desse confronto resultaram os seguintes temas a

serem discutidos no terceiro, quarto e quinto capítulos:

- acontecimentos que antecederam à criação do Parque Nacional da Serra da Canastra;
- Implantação do PNSC;
- Desapropriação da terra;
- Pecuária extensiva e Sistema de Pastoreio;
- Expectativas não realizadas;
- Significado de proteção Ambiental e Imagem do PNSC para os produtores rurais.

Todavia, essa análise não seria completa se não levasse em conta a heterogeneidade social existente no campo, uma vez que essa heterogeneidade pode ser traduzida em diferentes dimensões cognitivas e, por conseguinte, os objetivos, situações e ações também podem possuir diferentes significados. Com a finalidade de identificar essa possível heterogeneidade, procurou-se traçar o perfil sócio-econômico dos produtores entrevistados, utilizando-se um conjunto de variáveis básicas, estabelecidas a partir dos estudos revisados na seção 2.4 deste capítulo: (a) o valor bruto da produção agropecuária (VBPA) obtido nas unidades de produção UPs, durante o ano agrícola 1989-1990; (b) valor bruto da produção comercializada (VBPC) durante o ano agrícola de 1989-1990; (c) o tipo de mão-de-obra empregada nas suas UPs durante o ano agrícola 1989-1990. Estas variáveis permitiram separar as UPs dos produtores entrevistados quanto ao valor monetário da produção, destino do produto, se para o mercado (produção de valor de troca) ou para subsistência (produção de valor de uso); tipo de mão de obra predominante, se

familiar ou contratada. Essas variáveis foram fundamentais para a classificação dos entrevistados em categorias sócio-econômicas de produtores (p. ex. camponeses, empresários familiares, empresários capitalistas, etc.), daí a denominação de variáveis básicas<sup>10/</sup>.

Para complementar o perfil sócio-econômico dos produtores entrevistados foram ainda utilizadas as seguintes variáveis: (a) tamanho da UP; (b) uso de insumos industrializados; (c) uso de motomecanização nas propriedades. A coleta de informações referente a essas variáveis foi feita através de entrevistas, utilizando-se, nesse caso, um questionário estruturado.

O valor bruto da produção agropecuária (VBPA) foi determinado pela fórmula  $VBPA=QP \times PM$ , onde QP representa a quantidade produzida e PM o preço de mercado. Os preços médios de mercado, utilizados para cálculo de VBPA, foram os da "Bolsa de mercadorias de São Paulo, referentes ao mês de março de 1991. O VBPA obtido em cruzeiros foi convertido em MVR (maior valor de referência)<sup>11/</sup>. Seguindo os critérios adotados pelo Banco Central do Brasil, foram estabelecidas as seguintes classes de MVR. VBPA até 600 MVR foi considerado baixo, VBPA de 601 a 3000 MVR foi considerado médio; VBPA superior a 3000 MVR considerado alto. Os critérios do Banco Central do Brasil foram adotados por serem um procedimento já convencional, e por permitirem comparações com estudos realizados em outras áreas, caso tais comparações venham a ter algum interesse.

O valor da produção comercial foi calculado pela

[REDACTED]

fórmula  $VBPC = QC \times PM$ , onde QC representa a quantidade comercializada e PM, preço de mercado, o qual também foi extraído da relação de preços da Bolsa de Mercadorias de São Paulo<sup>12/</sup>. Obtido o VBPC, foi estabelecida a proporção em percentagem deste valor em relação ao VBPA ( $VBPC/VBPA \times 100$ ). Esta proporção permitiu identificar as UPs que produzem valores de uso e as UPs que produzem valor de troca.

Para identificar o tipo de força trabalho predominante nas UPs foi utilizado o procedimento adotado por ALENCAR & MOURA FILHO (1988)<sup>13/</sup>. Esse procedimento permitiu calcular o total de trabalho absorvido pela unidade de produção (TAUP) e o total de tempo de trabalho dispendido pela mão-de-obra familiar (TMOF). Para se determinar a proporção do tempo de trabalho da mão-de-obra familiar em relação ao tempo de trabalho absorvido pela unidade de produção, utilizou-se a fórmula  $TMOF/TAUP \times 100$ . Se essa relação fosse superior a 50%, considerar-se-ia a força de trabalho empregada na unidade de produção predominantemente familiar e se fosse inferior a 50% considerar-se-ia predominantemente contratada.

Os cálculos referentes às variáveis básicas permitiram traçar os perfis sócio-econômicos dos produtores entrevistados. Os procedimentos adotados para traçar esses perfis, os quais foram descritos no Apêndice 1, possibilitaram o estabelecimento de 4 categorias sócio-econômicas de produtores rurais: "produtores camponeses"; "empresários familiares"; "empresários agrícolas com níveis médios de renda"; "empresários agrícolas com altos níveis de renda".

## 2.6. Entrevistas realizadas

Foram entrevistados 21 produtores no município de São Roque de Minas, vizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra. O número total de entrevistas foi determinado pelo grau de participação ou envolvimento que esses produtores tiveram nos acontecimentos ligados à criação e implantação do PNSC. Os nomes dos 21 produtores e a localização de suas propriedades foram obtidos através de indicações de produtores e de outras pessoas residentes em São Roque de Minas e em documentos e matérias jornalísticas relacionadas com acontecimentos que envolviam o PNSC.

Além dos produtores também foram entrevistados outros 12 membros da localidade de São Roque de Minas (profissionais liberais, professores, comerciantes, donas de casa, funcionários do PNSC e ex-prefeitos), com finalidade de colher novas informações e checar as informações obtidas. As entrevistas com essas pessoas não foram conduzidas a partir de um roteiro previamente formulado. Em alguns casos elas se originaram de contatos fortuitos que evoluíram ou foram dirigidos para conversas sobre temas relacionados com problemas desta pesquisa.

Essas entrevistas, ou mais apropriadamente conversas foram importantes fontes de informações e foram elas que permitiram o acesso a documentos de acervos pessoais (cópias de discursos de ex-prefeitos, recortes de jornais), os quais contribuíram para reconstituição da história da criação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Estas entrevistas foram

importantes para se detectar o significado que essa área de preservação ambiental possuía para moradores do município de São Roque de Minas, embora o objetivo desse estudo se limitasse aos produtores vizinhos ao PNSC.

A condução deste estudo no município de São Roque de Minas decorre dos seguintes fatores: (a) a maior parte das terras do PNSC localiza-se dentro deste município; (b) o PNSC situa-se a uma pequena distância da sede do município (aproximadamente 10 Km). Esses dois fatores tornam São Roque de Minas o município mais importante da região em relação ao PNSC, uma vez que propiciam relações mais intensas da localidade de São Roque com essa área de preservação.

### 3. ACONTECIMENTOS QUE ANTECEDERAM A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA

Através de uma revisão procurar-se-á demonstrar, neste capítulo, a importância histórica e social do Rio São Francisco, bem como da dependência das atividades agropecuárias desenvolvidas às margens deste e do seu regime hídrico. Aliada a esta revisão, uma outra também será feita, relativa ao contexto histórico-social do período de criação do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), com a finalidade primeira de preservar as nascentes do Rio São Francisco, além das expectativas geradas nas populações vizinhas relacionadas a essa unidade de conservação.

#### 3.1. Importância Histórica do Rio São Francisco

A bacia do rio São Francisco, chamado Rio da Integração Nacional, abrange uma área aproximada de 670.000 quilômetros quadrados. Desde o século XVII, quando foi colonizado, constitui-se a maior via de comunicação entre o sul e o nordeste do Brasil, passando pelo sertão dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Daí ser chamado Rio da Integração Nacional (ANDRADE, 1985). A colonização do vale do rio São

Francisco se inicia com as boiadas vindas da Bahia e Pernambuco, espalhando-se pelo interior do país, abrindo caminho para o homem e a pecuária. Atividade esta que foi, durante muitos anos, realizada apenas ao longo do rio São Francisco, uma vez que o relevo do vale, com seus numerosos cursos d'água e "lambedouros"<sup>14/</sup>, permitiu o seu desenvolvimento e passasse a ser, em poucos anos, a principal atividade econômica mineira (GEOGRAFIA, 1971).

A seca que se abateu sobre o Nordeste nos anos 1877-79 foi devastadora, seus efeitos impressionaram de tal modo o imperador D. Pedro II que este declarou: "Não restará uma única jóia na coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome". Essa seca motivou a criação de uma Comissão Imperial que recomendou, como solução para o problema da região, a construção de três ferrovias, 30 açudes e um canal, ligando os rios São Francisco e Jaguaribe. De concreto, resultou o açude de Quixadá, no Ceará, concluído em 1906, no período republicano.

Nos anos 40, após um bloqueio marítimo da costa brasileira, causado pela segunda guerra mundial, iniciou-se a implantação de estradas rodoviárias ligando o Nordeste ao Sul do Brasil. Até então, essa ligação era feita através do rio São Francisco.

Até os meados da década de 50, antes da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso, as populações ribeirinhas aproveitavam as vazantes para, nas terras fertilizadas pelo humus trazido pelo rio, cultivarem produtos para sua subsistência (ANDRADE, 1985). No período entre 1960-1964, o Plano de

Desenvolvimento da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para as regiões áridas constava de um programa prioritário: o desenvolvimento de irrigação no São Francisco, como forma de desenvolver a região Nordeste através de programas específicos para atendimento aos pequenos produtores, gerando empregos diretos e indiretos e produzindo alimentos (ANDRADE, 1985).

Após o golpe militar de 1964, e mais precisamente no início da década de 70, durante o chamado "Milagre Econômico", quando o efeito das secas no Nordeste fazia com que dois milhões de flagelados ameaçassem invadir e saquear cidades, são criados os "projetos de impacto" (NOSSO SÉCULO, 1980). O Programa de Metas e Bases do governo tinha como principais objetivos o crescimento do PIB entre 7% e 9% ao ano, a expansão da fronteira agrícola e a integração geográfica e social através de "projetos de impacto" (NOSSO SÉCULO, 1980).

O Plano de Integração Nacional, arcabouço de toda estratégia governamental, pretendia, de imediato, a absorção de toda mão-de-obra nordestina disponível em grande quantidade e, ao mesmo tempo, redirecionar os fluxos migratórios que costumavam ir para o sul e fixá-los na Amazônia. Os "projetos de impacto" seriam a construção de rodovias na Amazônia (Cuiabá/Santarém e Transamazônica) (NOSSO SÉCULO, 1980).

Ao mesmo tempo em que são criados esses projetos, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão de propaganda oficial, procurava comunicar uma filosofia de governo ufanista, inspirada na confiança, seriedade e austeridade,

divulgando slogans otimistas como: "Brasil ame-o ou deixe-o", "Prá frente Brasil" e "Ninguém segura este país" (NOSSO SÉCULO, 1980).

A grande seca que abateu o Nordeste, durante o Império, se repetiu entre 1970 e 1971 e fez com que diminuísse, sensivelmente, a vazão do rio São Francisco. Assim, a partir de julho de 1971, quando a navegação do rio São Francisco foi interrompida pela primeira vez, devido às baixas vazões (500 m<sup>3</sup>/s), é lançada a proposta de criação de um Parque Nacional na Serra da Canastra através de uma série de artigos publicados por L. C. PORTILHO, como forma de preservação do rio São Francisco e superação da "grave crise" de navegação fluvial (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981).

Em uma crônica publicada em "O Estado de Minas" em primeiro de julho de 1971, PORTILHO, L.C. sugere que se declare a Serra da Canastra um "monumento nacional".

*"...e ali, mandando construir um Parque dentro do qual, protegida, contra os devastadores de matas, estaria, como num berço a nascente do rio São Francisco, para receber a veneração de todos os brasileiros, turistas ou não. Que melhor estigma de todos os crimes já contra as nascentes de todos os rios?"*  
(PORTILHO L. C., JULHO 1971, INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981)

Em uma entrevista realizada, PORTILHO L.C. explica a origem de sua idéia:

*"Esta idéia nasceu de observações e concepções pessoais e um Parque Nacional na Serra da Canastra teria a função de garantir o abastecimento de água e energia para o Nordeste e seria ponto de partida para a criação de mais Parques com a finalidade de conservação das bacias hidrográficas de outros rios, não estando vinculada às idéias oficiais da época" (L. C. PORTILHO, entrevista 1992 jornalista e primeiro a propor a criação do PNSC).*

Essa idéia ganha adeptos e o Rotary Club, através de suas unidades de Belo Horizonte, Contagem e Pirapora, cidade muito afetada pela crise na navegação fluvial, adere à proposta. Em outubro de 1971, a sugestão para a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra é formalizada. Como resultado, em novembro de 1971, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais propõe um requerimento solicitando ao IBDF estudos sobre a criação de um Parque Nacional na Serra da Canastra (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981).

Aproveitando a mobilização espontânea da sociedade mineira em torno da necessidade de preservação das nascentes do rio São Francisco, o Governo Federal logo encampa a proposta, pois representava uma ótima maneira de veicular as idéias ufanistas, presentes durante o "Milagre Econômico". Não poderia haver melhor divulgação da política de "Integração Nacional" do que pela preservação das nascentes do Rio São Francisco, além de constituir uma promessa de solução para as secas no Nordeste.

A imprensa, através de publicações ufanistas como por exemplo a *"Revista dos Municípios: Revista Mensal de Integração Nacional"*, publicação em voga durante o Regime Militar, tratava

de veicular belas imagens cênicas do Alto São Francisco, salientando a importância das nascentes do "Rio da Integração Nacional". Para isto propunha a preservação ambiental, enfatizando a conservação da Casca Danta e das nascentes do "Velho Chico" como única forma de se alcançar o desenvolvimento da região:

*"São Roque tem tudo para ser próspero e rico. O mais brasileiro dos nossos rios - O São Francisco - nasce em suas terras que são excelentes para cultivos como: milho, feijão e café." (MUNICÍPIOS, out/1971)*

Até o meados da década de 60, o Chapadão, onde se localizam as nascentes do Rio São Francisco, era usado como pastagem e área de recreação da população, que praticava a caça e a pesca às margens do rio São Francisco e do Peixe:

*"Até final da década de 50 e início de 60 quando morávamos lá, nunca tínhamos ouvido falar de um Parque para preservar o São Francisco e o rio dos Peixes e nós íamos muito às nascentes, levávamos os meninos para pescar e passear e era um passeio muito realizado pelos moradores da região. Todos iam para lá e lá as pessoas caçavam pescavam livremente". (...) (Hilda Oliveira, ex-moradora e esposa do ex-prefeito de São Roque de Minas durante os anos 50).*

Embora não tenha sido consultada, a população, com a possibilidade de criação de um Parque em São Roque de Minas, alimentou grandes expectativas em relação ao desenvolvimento que este traria, especificamente quanto às atividades de turismo, abertura de estradas, melhoramento das condições de saneamento básico, telecomunicações, etc. Eram,

entre outras, preocupações do prefeito de São Roque de Minas:

*Estudos e soluções para o turismo da Casca Danta e que beneficiaria sobre maneira o município." (...) (MUNICÍPIOS, out/1971)*

Ao final de janeiro de 1972 o presidente do IBDF encaminha ao Ministério da Agricultura o parecer para criação de um Parque nacional na Serra da Canastra. Também a Lei nº 1207 de 7 de fevereiro de 1972, que criou o Programa de Desenvolvimento do Vale São Francisco sugere a necessidade de preservação da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, mediante a implantação de Parques Nacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1982).

No início de 1972 a SUDENE sugere que o IBDF deve iniciar estudos preliminares para a criação de um Parque Nacional na Serra da Canastra. Em relatório oficial, o acessor do chefe da presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o engenheiro agrônomo José Cândido Melo Carvalho, descreve os aspectos físicos da área e propõe o limite de 200.000ha, limite este que poderia ser diminuído a critério do IBDF, quando abrangesse áreas agricultáveis, desde que não alterassem as características ecológicas da área a ser preservada (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1983):

*"Eu era assessor chefe do IBDF quando foi criado o Parque da Canastra e aproveitamos a seca do São Francisco. Antes dela, não havia planos para a criação do Parque. Então fomos de teco-teco, em 1972, a Serra da Canastra e sobrevoamos a área e deste levantamento foi proposto o primeiro limite de 200.000ha para a criação do Parque. Um dos objetivos da criação do Parque foi a*

*preservação da fauna como o Tambandúá, o o guará etc. A população local não foi consultada." (Entrevista, José Cândido Melo Carvalho, Engenheiro Agrônomo e acessor do IBDF que participou do estudo inicial para a criação PNSC, 1992).*

O decreto nº 70.355 de 3 de abril de 1972 cria o Parque Nacional da Serra da Canastra, que sofreria sucessivas reduções de sua área inicial de 200.000ha para os 71.125ha atuais (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1981).

A criação de um Parque Nacional, antecedida de poucos estudos preliminares sobre as condições físicas e sociais da região, onde este seria instalado, trouxe muitos problemas. A população local nada sabia das mudanças que a implantação de um Parque Nacional traria ao Sistema de Manejo Tradicional realizado na Serra da Canastra. Na próxima seção serão apresentadas as alterações trazidas ao sistema de pastoreio tradicional com a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra e suas consequências para a comunidade de São Roque de Minas.

### **3.2. Sistema de Pastoreiro Tradicional**

O município de São Roque de Minas faz parte da região anteriormente habitada pelos índios cataguases. Nesta região instalaram-se, posteriormente, negros fugidos das redondezas que ali se fixaram e, aproveitando as terras férteis da cabeceira do São Francisco, passaram a desenvolver atividades agrícolas, de caça e pesca. Somente em meados do século XVIII, possivelmente em 1758, Diogo Bueno Fonseca, por ordem do governador das Gerais,

conseguiu aniquilá-los. A partir de então a região passou a ser povoada por mestiços e brancos, oriundos dos centros de mineração das vizinhanças, os quais estavam em decadência (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 1959).

A pecuária vem sendo realizada no vale do São Francisco desde os tempos coloniais, trazida da Bahia e Pernambuco, onde a grande quantidade de nascentes e lambedouros, que alimentavam o gado, permitiam que essa atividade ali se desenvolvesse e se expandisse para outras regiões do interior. Desta forma, a pecuária chegou à Serra da Canastra, passando a ser praticada de forma extensiva, onde os rebanhos são criados livremente e os currais são usados apenas para isolar o gado leiteiro. A predominância é para o gado mestiço, geralmente um cruzamento de zebu com outras raças.

O sistema de pastoreio tradicional nos chapadões da Serra da Canastra já era descrito por SAINT HILAIRE (1975), naturalista francês, que percorreu a região em início do século XIX:

*"Em todos os pastos da Serra da Canastra predominam gramíneas que engorda os bois e é muito apreciada por eles: raramente se vê outras plantas e não ser gramíneas" (...). Unicamente o gado que criam é capaz de lhes render algum dinheiro, mesmo assim são obrigados a gastos consideráveis com sal, cujo preço ali é exorbitante" (...). O Chapadão é totalmente despovoado e sem cultivo, suas terras nem mesmo têm dono (1819) mas, os proprietários das fazendas localizadas na base da montanha, levam seus animais para pastarem ali. Geralmente cai geada no cume da Serra nos meses de junho e julho, entretanto o gado não desce do Chapadão nesta época. Ao passo que na estação das águas, os animais preferem vir para as baixadas, já que lá chove mais quê em qualquer outra parte" (SAINT HILAIRE, 1975).*

Durante mais de 150 anos o sistema de pastoreio praticado na Serra da Canastra e descrito por SAINT HILAIRE, permaneceu praticamente inalterado. Antes da criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, a maior parte dos produtores rurais de São Roque de Minas possuía duas propriedades, uma na região mais baixa e plana e outra na região mais alta: o Chapadão, onde se encontra a nascente do Rio São Francisco, área principal do Parque. Durante o período chuvoso, o gado permanecia na propriedade da região baixa, já que as pastagens eram boas nessa época do ano. No começo da época seca, os fazendeiros colocavam fogo no Chapadão e esperavam pela rebrota do capim e, assim que as pastagens se refaziam, todo o gado era levado para os retiros no Chapadão, onde permanecia até o início da época chuvosa, ocasião em que era reconduzida à propriedade da região baixa.

Com a criação do PNSC, houve um grande impacto sobre a comunidade rural de São Roque de Minas, que viu a área agrícola do município diminuída, inicialmente, em mais de 70.000 hectares, para a implantação desse Parque. Além disso, o sistema de pastoreio tradicional, com uso de fogo para a rebrota das pastagens, não poderia ser mantido nas propriedades vizinhas do Parque. O fogo colocado na vegetação seca das encostas da Serra da Canastra encontra condições ideais (vento, topografia, vegetação) para se tornar, em poucas horas, um grande incêndio que fatalmente atingiria os ecossistemas a serem protegidos pelo Parque.

Desta forma, sem conseguir atender às exigências do IBDF, quanto ao manejo das pastagens e sem recursos para se instalar na parte mais baixa do município, por suas melhores condições edáficas, os produtores logo perceberam que a criação do PNSC era mais um entrave às suas atividades econômicas e passaram, então, a pressionar o poder político do município para que houvesse uma diminuição de sua área. Outros elementos foram também identificados na análise como significantes nas atitudes e ações dos produtores vizinhos ao PNSC. No entanto, tais elementos significantes não possuem o mesmo substrato para as distintas categorias de produtores rurais. Assim, no próximo capítulo, serão apresentados os perfis sócio-econômicos dos produtores entrevistados e um sumário dos elementos significantes em suas atitudes e ações.

#### 4. CATEGORIA SÓCIO-ECONÔMICA DOS PRODUTORES RURAIS

Considerando a heterogeneidade existente no campo, a qual pode ser traduzida em diferentes problemas, interesses e dimensões cognitivas que atribuem a objetos, situações e ações significados também diversos, buscar-se-á, no presente capítulo, apreender os significados que as varias categorias sócio-econômicas de produtores rurais de São Roque de Minas, atribuem ao Parque Nacional da Serra da Canastra.

##### 4.1. Produtores Camponeses

A Categoria A (Quadro 1), composta por 10 produtores camponeses, registra um baixo nível de renda, inferior a 600 MVR. É interessante salientar que a maior parte da produção - "queijos da canastra" - como nas demais categorias, destina-se ao mercado, sendo comercializada através de queijeiros<sup>15/</sup>, em São Paulo. Exceção feita a dois produtores que produzem para sua subsistência, exercendo outras atividades fora de suas propriedades: um deles é marceneiro e o outro trabalha como garimpeiro, no município vizinho de Vargem Bonita.

QUADRO 1 - Categorias Sócio-econômicas de Unidades de Produção,  
município de São Roque de Minas - MG.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS SOCIO-ECONOMICAS								TOTAL		
	A		B		C		D				
	(N=10)	(N=3)	(N=3)	(N=3)	(N=3)	(N=3)	(N=21)	(N=21)	(N=21)	(N=21)	
n	N/n	n	N/n	n	N/n	n	N/n	n	N/n	n	N/n
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Tamanho da área											
(ha) < 50	2	20%	-	-	-	-	-	-	-	2	9%
50 ---: 100	4	40%	-	-	1	33%	-	-	-	5	23%
100 ---: 200	2	20%	1	33%	1	33%	3	60%	-	7	33%
200 ---: 500	2	20%	1	33%	-	-	1	20%	-	4	19%
500 ---: 1000	-	-	1	33%	1	33%	1	20%	-	3	14%
VBPA-MVR < 600											
VBPA-MVR < 600	10	100%	-	-	-	-	-	-	-	10	47%
600 ---: 3000	-	-	2	66%	3	100%	-	-	-	5	23%
3000 ou +	-	-	1	33%	-	-	5	100%	-	6	28%
VBPC/VBPA < 50%											
VBPC/VBPA < 50%	2	20%	-	-	-	-	-	-	-	2	9%
50 ---: 60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 ---: 80%	-	-	2	66%	-	-	-	-	-	2	9%
80% ou +	8	80%	1	33%	3	100%	5	100%	-	17	80%
TMOF/TAUP											
TMOF/TAUP 70% ou +	9	90%	3	100%	-	-	-	-	-	12	57%
55 ---: 70%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40 ---: 55%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
< 40%	1	10%	-	-	3	100%	5	100%	-	9	42%
Uso de Insumos											
adubo Químico	8	80%	2	66%	2	66%	5	100%	-	17	80%
Calcáreo	3	30%	3	100%	1	33%	4	80%	-	11	52%
Sementes selecion.	3	30%	3	100%	-	-	4	80%	-	10	47%
Defensivos Agríc.	-	-	1	33%	1	33%	1	20%	-	3	14%
Vacinas	8	80%	3	100%	2	66%	4	80%	-	17	80%
Conc. Min.	4	40%	2	66%	2	66%	4	80%	-	12	57%
Sal	9	90%	3	100%	2	100%	4	80%	-	18	85%
Uso de Máq/Equip.											
não usa	5	50%	-	-	-	-	-	-	-	5	23%
Aluga Máq./Equip.	5	50%	1	33%	1	33%	1	20%	-	8	38%
Tem Máqs/Equip.	-	-	2	66%	2	66%	4	80%	-	8	38%

FONTE: Dados da Pesquisa.

VBPA = Valor Bruto do Produto Agrícola, ano agrícola 1989/90

VBVC = Valor Bruto do Produto Comercializado, ano agrícola 1989/90

TMOF = Tempo da mão-de-obra familiar, ano agrícola 1989/90

TAUP = Tempo de trabalho absorvido pela unidade de produção, ano agrícola 1989/90

A grande maioria dos produtores dessa categoria utiliza, predominantemente, a força de trabalho familiar para a execução das tarefas agropecuárias em suas propriedades. Com frequência, a parceria, sob a forma de "meia", é usada para suprir a necessidade da mão-de-obra, principalmente em relação aos cultivos de subsistência (milho, feijão, arroz e hortaliças), cuja demanda é maior. Outra forma de garantir a execução das tarefas, sem a contratação de mão-de-obra, é a "troca de dias de serviço", muitas vezes utilizada por esses produtores para a realização de tarefas sazonais como limpeza de pastos, consertos de cercas, etc. Apenas um produtor desta categoria emprega mão-de-obra contratada para a realização dos trabalhos na sua propriedade. A idade avançada e a saúde débil o obriga a residir na cidade e seus filhos têm outras atividades fora da fazenda.

Os insumos industrializados mais consumidos pelos produtores desta categoria são os defensivos animais (vacinas, vermífugos, carrapaticidas), etc., uma vez que a pecuária leiteira é a atividade mais exercida. Poucos fazem uso de ração e demais complementos alimentares para o rebanho, devido aos altos custos, que, sob alguns aspectos, inviabilizam a produção queijeira desses pequenos produtores. O único complemento alimentar para o gado, de uso comum, é o sal, também empregado na fabricação dos "queijos da canastra". (Quadro 1).

A produção leiteira, principal atividade econômica entre os produtores camponeses, recebe mais atenção e também os maiores investimentos. A produção agrícola é especificamente destinada à subsistência, a não ser quando se trata de produção sob regime de parceria, onde se busca um retorno

econômico compensatório a um aumento na utilização dos referidos insumos.

As terras localizadas na parte alta do município de São Roque de Minas, onde se encontram a maioria das UPs camponesas, situam-se em zona de pastagem 3, possuem baixa capacidade de suporte (0,5 cab/ha), isso em razão dos solos dessa região serem extremamente improdutivos, pouco profundos, com grandes declividades, altamente pedregosos e susceptíveis à erosão, impossibilitando o emprego de máquinas agrícolas na maior parte das áreas de cultivo. Solos desta natureza são mais frequentemente utilizados para o pastoreio extensivo, apesar da baixa capacidade de suporte (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1983).

O relevo acidentado da maioria das propriedades localizadas nas partes altas do município faz com que o uso de queimadas seja constante, além de ser o único método utilizado pelos produtores desta categoria para manutenção das pastagens. As propriedades limítrofes ao PNSC não podem realizar queimadas, sendo responsabilizadas legalmente caso o fogo atinja sua área. Em vista disso, uma proprietária camponesa aluga áreas de pastagens, pois sua propriedade não dispõe de espaço suficiente, uma vez que, além de muito acidentada, limita-se ao PNSC, o que impede a promoção de queimadas.

#### **4.2. Empresários familiares**

Esta categoria reúne três produtores, cujo Valor Bruto da Produção Agrícola varia de 600 a 3000 MVR (Quadro 1),

categorizados como empresários familiares. A produção agropecuária destas UPS destina-se ao mercado (Quadro 1) e seus principais produtos são café e queijo. Exceto a produção de um dos entrevistados, que é levada por um irmão até Varginha, onde é comercializada. Os demais produtores desta categoria comercializam através de queijeiros, em São Paulo. O excedente destina-se ao consumo familiar e à manutenção do rebanho. A mão-de-obra utilizada nestas propriedades é predominantemente familiar, embora um dos produtores contrate mão-de-obra temporária para ajudá-lo em trabalhos sazonais como colheita de café e limpeza dos pastos, sendo a remuneração destes trabalhadores feita em dinheiro. Para suprir a falta de mão-de-obra, alguns empresários familiares adotam a parceria e a troca de dias de serviço.

Todos os produtores desta categoria fazem uso de produtos veterinários para manutenção de seu gado, sendo que dois deles utilizam, para alimentação do rebanho, concentrado mineral e sal (Quadro 1), fazendo a complementação com silagem. Apenas um produtor desta categoria cria seu gado de maneira extensiva.

A motomecanização é utilizada em todas as propriedades (Quadro 1). Dois dos produtores possuem tratores agrícolas e outros equipamentos tais como: roçadeiras, plantadeiras, arados, grades, etc. O produtor que não possui máquinas, aluga de seu vizinho um trator por 40 h anuais. Nestas propriedades, as terras são mais planas, menos pedregosas, permitindo a motomecanização, o que não elimina o problema de falta de terras agricultáveis, levando dois desses produtores a arrendarem terras mais planas e

menos pedregosas, com melhores condições de motomecanização para plantios de café e feijão.

Os três produtores dessa categoria tiveram grandes porções de terra desapropriadas para a criação do PNSC; um foi indenizado após acordo amigável com o INCRA; outro teve sua propriedade inteiramente desapropriada, permanecendo 13 anos sem exercer atividade agrícola, retornando em 1989, após ter sido indenizado. O terceiro ainda não havia sido indenizado, embora tivesse ganho na justiça. Espera uma alta indenização a ser recebida em 1991.

#### **4.3. Empresários com níveis médios de renda**

Três produtores, cujo valor de VBPA varia entre 600 e 3000 MVR, compõem esta categoria (Quadro 1). Todos destinam a produção de suas UPs ao mercado. Em uma das UPs predomina a criação de gado de corte, na outra, a produção de leite, que é vendido "in natura", em São Roque de Minas. A terceira das UPs dedica-se à produção de queijo. A força de trabalho nessas propriedades é predominantemente contratada. (Quadro 1).

Nesta categoria, todos os produtores exercem outras atividades fora de suas propriedades. Um deles é comerciante e trabalha na compra e venda de cereais. Possui a maior casa atacadista do município, comercializando, também, alguns insumos como: rações; adubos; defensivos animais etc. O outro produtor desta categoria é dono da única padaria do município. O terceiro produtor desta categoria é queijeiro e vende sua própria produção, bem como a de outros produtores em São Paulo.

Os produtores dessa categoria fazem uso de motomecanização em suas propriedades (Quadro 1). Um deles, aluga de seus vizinhos, máquinas e implementos e os outros dois possuem seus próprios equipamentos.

É grande o consumo de insumos industrializados por parte dos produtores desta categoria (Quadro 1): seus animais são alimentados com concentrado mineral e sal; usam vários produtos veterinários como defensivos, vacinas, etc. Em duas destas propriedades há um maior consumo de defensivos agrícolas, adubos, corretivos e sementes selecionadas, em função do maior número de linhas de exploração.

Um dos produtores desta categoria foi prefeito municipal, com mandato tampão durante 1972-1973. Por ter sido o prefeito durante o período de criação do PNSC e grande entusiasmista das mudanças, que imaginava, ocorreriam na comunidade, é hostilizado pela população local, até hoje.

#### **4.4. Empresários com altos níveis de renda**

Esta categoria é composta por cinco produtores, com o Valor Bruto de Produção Agrícola, acima de 3000 MVR.(Quadro 1). São, por este motivo, chamados de empresários com altos níveis de renda. Nestas UPs a produção destina-se predominantemente ao mercado, sendo a pecuária leiteira e a agricultura cafeeira as principais atividades comerciais. Dedicam-se, também, à criação de suínos e culturas agrícolas como o arroz, a mandioca e o feijão, que são comercializados no município. Um dos produtores

desta categoria dedica-se, exclusivamente, à cafeicultura, comercializando seu produto em Guaxupé e Piumhi. Entre os que se dedicam à pecuária, um tem se especializado na criação de gado pardo-suíço. As crias de suas matrizes importadas têm sido comercializadas no Triângulo Mineiro e na região do Alto São Francisco. Como parte desse processo iniciou, recentemente, a inseminação artificial. Introduziu, também recentemente, o cultivo da soja em sua propriedade.

Todas as UPs empregam trabalhadores permanentes que se dedicam, tanto a atividade rotineira (manutenção de pastagem e tratamentos culturais), quanto a atividades especializadas (retireiro, tratorista e inseminador artificial). Os produtores, que se dedicam à cafeicultura, contratam mão-de-obra temporária feminina adulta e infantil para a colheita e mão-de-obra adulta masculina para aplicação de defensivos e tratamentos culturais. Estas atividades garantem, em média, por dois meses, o emprego a cerca de 60 empregados (masculino, feminino e infantil). Para as tarefas que envolvem atividades pecuárias, a mão-de-obra predominante é adulta e masculina, tendo uma duração média de 180 dias de trabalho. Um dos produtores desta categoria contrata 15 empregados temporários durante quase todo o ano agrícola, para quase todas as tarefas na propriedade.

Nessas UPs ainda há o uso de parceria para produção de culturas de subsistência como milho e feijão. Essas parcerias são realizadas com produtores que possuem poucas terras ou, se as têm, não podem arcar com as despesas (insumos, aluguel de máquinas de sementes, etc.). A troca de dias de serviço é realizada, nas UPs desta categoria, em atividades específicas

como a construção de galpões, enchimento de silos, etc.

As UPs desta categoria localizam-se em áreas mais planas, possuem terras mais férteis, mais profundas e com menor índice de pedregosidade. Desta maneira, há, em todas elas, boas condições para a motomecanização. Quatro dos produtores desta categoria têm seu próprio equipamento. Um deles alugava máquinas e equipamentos de outros produtores (Quadro 1).

É grande o consumo de insumos industrializados por parte desses produtores (Quadro 1). Dada a diversidade das linhas de produção, e o avanço tecnológico alcançado. Os insumos empregados em todas as fases do processo produtivo, com a utilização de matrizes importadas, sementes selecionadas, mudas de variedades melhoradas.

#### **4.5. Heterogeneidade Social e Elementos Significantes**

A categorização sócio-econômica permitiu identificar a heterogeneidade existente entre os produtores rurais de São Roque de Minas. Tal heterogeneidade constitui um fator importante para a análise, pois através dela foi possível apreender diversos problemas entre as diferentes categorias de produtores, permitindo entender suas atitudes, em relação ao Parque Nacional da Serra da Canastra e a "hostilidade" nelas contidas.

As grandes extensões de terra, em todas as categorias sócio-econômicas de produtores, resultam do município, na realidade, dividir-se em duas áreas agrícolas distintas: uma, a parte plana e a outra o Chapadão. Os proprietários classificados nas categorias C e D (Empresários agrícolas) têm a maior parte de

suas propriedades localizadas na parte plana que, embora possua solos com baixa fertilidade, têm pouca declividade, pedregosidade, menor susceptibilidade à erosão e são facilmente mecanizáveis, daí as propriedades localizadas nesta região serem aptas tanto às atividades agrícolas quanto pecuárias ou silviculturais. A maior parte das propriedades das categorias A e B (Camponeses e empresários familiares) localiza-se nas áreas de Chapadão, onde se encontram os solos de relevo irregular, baixa fertilidade, grande pedregosidade, forte susceptibilidade à erosão, além de impossibilidade de motomecanização. De acordo com INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1983), a vocação natural desses solos de Chapadão é de pastagens naturais. Com baixa capacidade de suporte. A principal atividade exercida pelos produtores, cujas terras localizam-se nos chapadões, é a pecuária leiteira, feita de forma extensiva com o uso das pastagens naturais de suas propriedades. Sendo o único produto comercializado por esses produtores o "queijo da Canastra".

Os produtores das categorias A e B, embora tenham preocupações de cunho ecológico com assoreamento de rios, erosão, mudanças climáticas, consideram-nas secundárias, uma vez que a subsistência, para esses produtores, é sua preocupação primeira. A queimada, uma atividade que eles mesmos julgam anti-ecológica, é feita por ser a única capaz de induzir a rebrota das pastagens nas épocas secas, para garantir a alimentação do rebanho. Esse tipo de pastoreio, já descrito por SAINT HILAIRE (1975) e praticado secularmente na região, poderia ser substituído pelo uso de ração e outros complementos alimentares para o rebanho. No entanto, estes pequenos produtores não teriam como absorver os

custos destes insumos modernos, o que inviabilizaria a produção e conseqüentemente sua subsistência. Para os produtores destas categorias, a implantação do PNSC, em terras do município, representou apenas mais um entrave à sua sobrevivência, uma vez que a implantação do Parque restringiu o uso de queimadas nas áreas confrontantes, atingindo a atividade de pastoreio. Um outro fator relevante, na visão destes produtores, é a inexistência de programas públicos que ofereçam alternativas de atividades que substituam o sistema de pastoreio tradicional e, ao mesmo tempo, sejam compatíveis com o manejo ambiental exigido das propriedades vizinhas ao PNSC.

Nas categorias C e D, (Empresários com níveis médios e altos de renda), a maioria têm uma visão preservacionista de cunho econômico e tecnológico. Para estes produtores, deve-se tentar compatibilizar, ao máximo, produção agropecuária e preservação ambiental. A maior parte dos produtores desta categoria acha que o PNSC, criado afim de proteger as nascentes do Rio São Francisco, a fauna e a flora local, foi um fator que viabilizou a introdução de inúmeras inovações tecnológicas no município, obrigando-os a adotar novas tecnologias na produção leiteira como construção de silos, uso de ração, uso de defensivos pecuários, vacinas, sementes selecionadas, adubos, etc. Esses empresários salientam que o uso da motomecanização, em suas propriedades, também foi um dos fatores propiciadores do desenvolvimento da atividade pecuária, com o plantio de forrageiras e milho para complementação da alimentação do gado, trazendo aumento na produção leiteira. Para eles, o abandono do

sistema de pastoreio tradicional, praticado antes da criação do PNSC, fez com que o município se desenvolvesse como um todo, visto que a diminuição da área agrícola, a partir de então, levou-os a maximizar o aproveitamento de suas propriedades, que agora têm áreas menores, empregando toda a tecnologia disponível para esta finalidade.

Apenas dois produtores destas categorias (C e D) pensam de forma diferente, bastante próxima aos pequenos produtores: eles vêem o PNSC como um entrave ao desenvolvimento do município. Um deles, empresário com nível médio de renda, alugava os pastos do Chapadão para abrigar sua criação extensiva de gado de corte; outro, produtor com alto nível de renda, teve 1500ha de Chapadão desapropriados. Ambos foram processados pela Justiça Federal, em 1980, devido a invasões na área do PNSC, para aproveitamento das pastagens<sup>16/</sup>. Atualmente, demonstram uma grande aversão ao PNSC. Estes dois produtores, a exemplos dos demais empresários agrícolas, fazem uso de tecnologias modernas, como defensivos, vacinas e ração. Possuem máquinas agrícolas e tentam usar técnicas de preservação das matas, solos e água, considerados os recursos naturais mais importante dentro das suas propriedades. Para eles, a preservação ambiental feita desta forma é mais efetiva do que na área do Parque. Assim, detectou-se nos depoimentos que a desapropriação e o processo de desocupação constituem elementos significantes de suas atitudes em relação ao PNSC.

A demora na regularização fundiária do PNSC revelou a pouca habilidade com que foi feita a desocupação de suas terras e tem, até hoje, gerado descontentamentos em todas as categorias de

produtores. Os entrevistados consideram que o valor pago, como indenização pelas terras desapropriadas foi baixo e trouxe dificuldades para aqueles que tiveram de abandonar suas propriedades, sendo, dessa forma outro elemento significante nas atitudes dos entrevistados.

O quadro 2, apresenta um sumário dos elementos significantes, identificados nos depoimentos dos produtores entrevistados e que estão presentes nas suas atitudes e ações em relação ao PNSC.

Quadro 2 - Elementos significantes nas atitudes dos produtores rurais vizinhos ao PNSC, 1990.

Categorias de produtores e códigos dos entrevistados					
Elementos Significantes	Camponeses	Empresários Familiares	Empresários Capitalistas		Total
			Com níveis Médios de renda	Com níveis Altos de renda	
Terras desapropriadas	09, 10, 11, 12 14, 16, 17	01, 02, 03	_____	20, 21	12
Envolvimento no Conflito	09, 11, 12, 17	02, 03	07	20	08
Expectativas não Realizadas	04, 05, 09, 10 11, 12, 14, 16 17, 19	01, 02, 03	07, 15	20	16
Uso do sistema de pastoreiro tradicional com uso de queimadas	04, 05, 09, 10 11, 17, 19	01, 02, 03	07	_____	11
Noção da preservação Ambiental	04, 05, 09, 10 11, 17, 19	01, 02	06, 07, 15	08, 13, 18 20, 21	17

Fonte: Dados da pesquisa.

No capítulo seguinte, procurar-se-á articular estes elementos significantes como substratos dessas atitudes e ações.

## 5. ELEMENTOS SIGNIFICANTES, PNSC E ATITUDES DOS PRODUTORES

Apresentam-se como relevantes para a discussão da implantação e demarcação do PNSC os seguintes elementos: alteração do sistema tradicional de pastoreiro; valor e forma das indenizações das áreas desapropriadas; resistência dos produtores em abandonar os retiros de pedra<sup>17/</sup> no Chapadão; soluções paliativas autorizadas pelos órgãos federais para contornar os problemas de ocupação do PNSC; pressão dos conservacionistas. Estes elementos serão articulados a seguir, partindo da manifestação dos produtores e demais atores envolvidos na implantação desse Parque.

### 5.1. Implantação, Demarcação e Conflito

Passada a empolgação inicial da população com a criação de um Parque Nacional na região, logo surgiram as primeiras manifestações de descontentamento e os proprietários rurais da região começaram a se articular, temendo a desapropriação de suas terras para a implantação do Parque Nacional da Serra da Canastra:

*"Os produtores foram a Brasília, Meu pai foi a Brasília ver se tirava um bucado de terra do Parque" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Houve um abaixo assinado. Eu mesmo assinei para diminuir de área lá pro lado dos Cândio. Mas diminuíram a área só lá mesmo, não fui favorecido..." (Produtor camponês).*

Os prefeitos das cidades vizinhas ao PNSC, através de interferência política, tentaram excluir, ao máximo, as terras de seus municípios da área do PNSC. Isto fizeram, procurando demonstrar a inviabilidade social da criação de um Parque em áreas usadas como pastagens naturais, numa região cuja maior fonte de recursos é a pecuária. Tal situação é ilustrada pelo depoimento de um produtor e por um trecho do discurso do Prefeito de Vargem Bonita:

*"Parece que os prefeitos de Delfinópolis e Sacramento não aceitaram que fosse feita a desapropriação nos municípios deles (Produtor Camponês);*

*"Enganam-se os que pensam que antes do homem pisar aquele solo, a área do Parque era uma floresta. Iludem-se os que consideram o homem, o machado e o fogo, os destruidores da vegetação daquela área. Enganam-se ainda os que acreditam que com o afastamento do homem daquela área ela será reflorestada por força da natureza ou do próprio homem trazendo a volta das chuvas. Enganam-se profundamente, pois ali somente 5% da área foi e pode voltar a ser florestas. Os 95% restantes continua inalterado desde que Deus criou o mundo 90% de capim de campo e 5% de vegetação rasteira espaço pelo meio das campinas" (...). Enquanto o homem se preocupa com soluções para o problema da fome, seria justificável que se afastasse o homem daquela área, lá onde cria e cria 35.000 cabeças de gado e outros pequenos animais ali os criadores usam como recursos de pastagens, para quando a seca invade as baixadas. Ali eles produzem, o seu leite, o seu queijo não podemos acreditar que a criação de tamanduás, emas, siriemas, veados,*

*onças, tatus e outras espécies seja colocado acima das necessidades humanas (...)" ... As autoridades e proprietários da região tem-se preocupado até agora somente em conseguir uma indenização mais justa, esquecendo-se no entanto de que sua obrigação seria, não serem contrários a criação do Parque, mas como colaboração levar ao governo fatos que demonstrassem a sua, inviolabilidade evitando que ali fosse jogados bilhões de cruzeiros." VILELA (1978).*

Em São Roque de Minas também o prefeito tentou, através de articulações políticas, a diminuição da área do PNSC, principalmente por ser a pecuária leiteira, realizada nas áreas do Chapadão, a principal fonte de renda para o município.

Ao mesmo tempo em que a população vizinha ao PNSC se organizava tentando diminuir as áreas desapropriadas em seu município, o IBDF pouco podia fazer para preservar as terras, já que a demarcação era demorada e encontrava muitos entraves jurídicos, pois sua criação não foi precedida por levantamentos completos da área (O Estado de São Paulo, 1976).

A pressão exercida por políticos locais, poder público e proprietários rurais fez com que o IBDF realizasse alterações sucessivas. De acordo com o decreto de criação do Parque este passou a ter, em poucos anos, apenas um terço da área inicialmente proposta:

*"Houve muita mobilização da população desapropriada, prefeito, políticos iam conversar com ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, governador de Minas Gerais [Aureliano Chaves] e ministro da casa civil [Golbery do Couto e Silva] para diminuir a área do Parque". (Produtor Rural e ex-prefeito municipal de São Roque de Minas)*

Pela peculiaridade com que era realizada a pecuária e pelo uso das pastagens por apenas 3 ou 4 meses do ano, os produtores de São Roque de Minas requereram do INCRA, em abaixo assinado encabeçado pelo prefeito municipal (João Ricardo), uma redução do Imposto Territorial Rural (ITR) nas terras do Chapadão, considerando serem as mesmas constituídas por solos pedregosos, de relevo irregular e que seus proprietários eram pobres, não podendo arcar com os gastos dos impostos em terras tão improdutivas. O INCRA aceitou a solicitação dos produtores e houve um rebaixamento dos impostos das áreas do Chapadão. Esta ação, que precedeu a criação do PNSC, influenciou no valor pago pela indenizações, uma vez que estas foram estabelecidas a partir do ITR.

Quando se fizeram estimativas dos valores de terra nua a serem indenizados para a implantação do PNSC, foram consideradas as médias dos valores mínimos aceitos pelo INCRA para lançamento do ITR, fornecidas pela Exatoria Estadual de São Roque de Minas. Os cálculos da transmissão intervivos corresponderam ao campo de Chapadão, por ser este o terreno mais encontrado na área. Através de estudos de campo verificou-se que a classe de capacidade de uso da terra, baseada em índices do "Manual Brasileiro para Levantamento da Capacidade de Uso da Terra III", correspondia à classe VI<sup>18/</sup>, CENTRO DE RECURSOS NATURAIS, (1975).

As indenizações basearam-se nos valores mínimos aceitos pelo INCRA na região e não apenas nos valores pagos em São Roque de Minas, sendo que em outros municípios da região como

Sacramento, Delfinópolis, São João Baptista do Glória, os valores eram superiores aos pagos em São Roque de Minas. Mesmo assim, os valores das desapropriações, baseados em solos de classe de capacidade de uso VI e em terras de Chapadão, foi bastante baixo, gerando um grande descontentamento entre os produtores rurais que consideravam injustos os valores pagos pelas terras:

*"Foi justo de acordo com o ITR que a gente pagava e a culpa foi nossa que pagavam pouco ITR" (Empresário Familiar);*

*Fizeram um abaixo assinado para diminuir o ITR, quando veio a desapropriação veio no valor do ITR. Foi ignorância dos proprietários. Tem uns que pede prá diminuir o imposto depois vai chorar igual aconteceu. O pai do Joãozinho foi quem chamou 30 produtores do Chapadão para requerer abaixo o ITR. O pai do Joãozinho era prefeito e deu dois prejuízos para o município, tirou a comarca e o Chapadão. A cidade era comarca e virou arraial. Tinha júri, juiz, promotor. O prefeito era semi-analfabeto e achou que era bobagem ter júri aqui, agora se peleja para o júri voltar" (Produtor Camponês);*

*"Não dava nem prá comprar veneno prá beber" (Produtor Camponês);*

*"(...) foi dinheiro de comprar galinha. O dinheiro recebido por 1 alqueire não dava prá comprar 1 hectare lá em baixo" (Produtor Camponês);*

*"Quando surgiu o INCRA, assustou muito os produtores. João Ricardo, o prefeito, levou uma declaração assinada por todos os produtores a Brasília dizendo que as terras de São Roque de Minas eram muito improdutivas. O INCRA desapropriou as terras baseado nas declarações dos donos da terra". (Lider político e queijeiro).*

  
"Quem criou o abaixo assinado pedindo rebaixamento do ITR, na região do Parque, foi o prefeito -João Soares de Faria [João Ricardo]. "(Produtor com nível médio de renda e prefeito de São Roque de Minas na época de criação do PNSC).

Além disso só proprietários de minifúndios foram pagos imediatamente após a desapropriação. As propriedades maiores foram pagas parceladamente, sendo que muitos proprietários receberam, anos depois, como indenização, títulos da dívida pública:

*"Não dava nem para comprar um carro velho. Pagavam todo ano um pouco, depois deram uns títulos, os advogados também receberam"*  
(Produtor Camponês)

Apesar de ter sido criado em 1972, até o final da década de 70 o IBDF não tinha o controle do PNSC. Muitos dos proprietários rurais expropriados não aceitaram os valores pagos pelo INCRA e se recusaram a abandonar suas terras, enquanto esperavam que uma resolução judicial estipulasse valores mais justos para elas. Nos chapadões, as práticas pecuárias centenárias permaneciam inalteradas como a colocação do fogo nas pastagens na época das secas, aproveitando a rebrota das gramíneas para alimentar o gado.

As grandes queimadas que se abateram sobre o PNSC nos últimos anos da década de 70 mobilizaram a opinião pública nacional sobre a situação fundiária desse Parque. Segundo artigo publicado pelo jornal O Estado de Minas, em 1/8/79, um alto funcionário militar, Oswaldo Matos do IBDF (Brasília), reuniu-se em São Roque de Minas com fazendeiros que reclamavam a perda de

suas pastagens na parte baixa pela geada. A partir de então, esse funcionário autorizou-os a fazer queimadas e, depois, soltar o gado no Chapadão. Logo a seguir, os fazendeiros passaram a atear fogo livremente no Chapadão. De 24 de julho a 1<sup>o</sup> de agosto, o fogo destruiu 90% do Parque, uma vez que as dificuldades de acesso à serra da Canastra impossibilitou o combate dos incêndios (Estado de Minas, 1979a).

A repercussão da queimada, autorizada pelo IBDF, foi enorme nos meios políticos e conservacionistas. Os conservacionistas mineiros, liderados pelo presidente do Centro Mineiro para Conservação da Natureza, Dr. Hugo Werneck, solicitaram ao IBDF que apurasse responsabilidades e punisse os culpados. O vice presidente da SBPC, Professor Angelo Machado, em artigo publicado (Estado de Minas, em 1979b), declarou:

*"...quem está precisando estudar ecologia não são as crianças mas sim o presidente do IBDF e o ministro da Agricultura".  
(Estado de Minas 18/8/79).*

Um outro importante conservacionista brasileiro, o zoólogo Célio Vale, assim se manifestou:

*(...)"que país é este onde o governo incendeiá seus parques nacionais?  
(Estado de Minas, 1979b).*

As entidades conservacionistas mineiras resolveram se unir e formar uma comissão de fiscalização diante das "agressões oficializadas ao meio ambiente que podem se repetir a qualquer momento". O papel dessa comissão seria:

" (...) Fiscalizar as ações do IEF e IBDF em todo o Estado, já que em Brasília onde são tomadas as decisões anti-ecológicas fica muito distante de Belo Horizonte. Só assim, conseguiremos evitar casos do tipo que aconteceu no Parque Nacional da Serra da Canastra, onde 73000 hectares de uma área rica do ponto de vista científico foram arrasadas pelo fogo. Se o presidente do IBDF não nos informar nada a respeito do inquérito, nós não teremos outra saída: entraremos com uma ação popular contra o Instituto. (Estado de Minas 1979b).

Além das informações sobre o andamento do inquérito, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente também pretendia:

"(...) Saber até quando, o IBDF permitirá a invasão do Parque da Canastra pelos fazendeiros da região, que foram autorizados a usá-lo como pastagem pelo ex-ministro da Agricultura Delfim Neto". (Estado de Minas, 1979c).

Diante das acusações feitas por conservacionistas e políticos, o Ministério da Agricultura tentou resolver o problema das desapropriações na Serra da Canastra, elevando o preço do hectare de terra nua de Cr\$ 600,00 para Cr\$ 1200,00. O Secretário Geral do Ministério da Agricultura, Amaury Stabile, após reunião com representantes do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Acessoria Jurídica do Ministério da Agricultura, declarou:

"Autorizar a entrada de gado foi o mal menor na Serra da Canastra, já que a conservação do Parque nunca foi perfeita em função da pendência judicial que envolve a desapropriação da área. Agora a comissão encarregada de cuidar do problema concluiu que a reivindicação dos pecuaristas é correta - Cr\$ 1200,00 por hectare". (Estado de Minas 1979d).

De acordo com Amaury Stabile, em 90 dias todos os 174 proprietários deveriam chegar a um acordo, abandonando as terras

do Parque. Apesar do Ministério da Agricultura considerar como irrecusável a proposta de duplicar os preços da terra nua, pagos aos proprietários rurais, eles continuaram achando os preços muito baixos e se negavam a desocupar o Chapadão:

*"Fiz uma proposta de pagar e ficar onde estava mas eles não aceitaram : recebia cr\$ 1200,00 e pagava cr\$ 5000,00 para ficar" (produtor camponês).*

Durante o ano de 1979 e meados de 1980, permaneceu o impasse entre IBDF e produtores rurais que, novamente em 1980, colocaram fogo nos Chapadões para obterem novas pastagens. Até setembro de 1980 o Parque continuava invadido pelos proprietários (Estado de Minas , 1980).

Acusado pelos movimentos conservacionistas como grande "incentivador dos incêndios e protetor dos fazendeiros incendiadores", o IBDF resolveu desocupar o PNSC de qualquer maneira. Os proprietários, por sua vez, continuavam ocupando o Parque alegando que não haviam sido totalmente indenizados, recusando-se a desocupar suas terras e, até mesmo, ameaçando os agentes fiscalizadores do IBDF, caso eles tentassem atravessar os retiros de pedra:

*"Os fazendeiros Waldir Lima, Lucimar, José Móises, e Luizinho cercaram os agentes fiscalizadores em uma região do Parque e armados disseram aos fiscais que se eles tentassem atravessar eles iam matá-los porque os fiscais vieram para retirar o gado da área do Parque, por isso foi chamada a Polícia Federal" (Entrevista, Manuel funcionário do IBAMA, dez 1990).*

A partir daí o IBDF, pressionado a desocupar o PNSC e se sentindo totalmente impotente para tal finalidade, requisitou os serviços da Polícia Federal para a retirada dos produtores.

Alguns proprietários foram avisados de que a Polícia Federal seria chamada para desocupar a área, mas eles não acreditaram e continuaram em seus retiros no Chapadão.

A Polícia Federal chegou à Serra da Canastra em meados de setembro de 1980 e encontrou os produtores em seus retiros. Houve violência para a retirada destes produtores de suas antigas propriedades. Como ilustram os seguintes depoimentos:

"Ich absurdo. Deu tiro em latão de leite pegaram retireiro. Pegaram os móveis e estragaram tudo de meu filho que é aleijado. O Lourenço funcionário do Parque pegou uma seriema que era minha"(Empresário familiar);

"A Polícia Federal teve aqui e fez a maior arruaça lá em cima. Os produtores foram avisados alguns dias antes que a Polícia Federal viria. Eles não acreditaram e as coisas chegaram ao ponto que chegaram. Os alambiques cheios de leite e a polícia atirando neles. Os proprietários tinham sido desapropriados mas não indenizados. Uns proprietários foram para Goiás outros para fora do Parque"(Empresário familiar);

"Nossa que injustiça, foi o maior abuso com os retireiros eles iam até com a família. Tinham crianças que estavam tomando banho e o DOPS veio e virou a bacia com a criança dentro. Jogaram criolina nos latões de leite muita gente mudou ou morreu de paixão. Fui obrigado a fazer sabão e lã de carneiro para vender e aguentar as despesas de transmissão das novas terras que compramos no novo lugar. Foi a maior mentira dizerem que havia mata e que os fazendeiros estavam cortando as matas" (Produtor Camponês);

"A Dra. Angela advogada do IBAMA me avisou em Belo Horizonte que o DRDPS vinha eu cheguei no Guia Lopes [São Roque de Minas] e avisei, mas o prefeito Rafael tava falando pro pessoal pra eles subirem pro Chapadão e todo mundo subiu. Eu avisei pro pessoal que o DRDPS vinha e o pessoal caçou eu tirei o

meu gado antes do DROPS chegar, aí o DROPS chegou e fez aquela anarquia lá em cima. Se abrisse a boca eles matavam. O Rafael era prefeito e a primeira fazenda que eles derrubaram foi a dele. Eles empurravam o povo que nem cachorro. O DROPS fez muita coisa mas eu não vi, só vi eles com armamento medonho. Aí eu perguntei prá eles - Que é isso aí? Aí o soldado respondeu - Isso aí não serve pra você e mata" (Produtor Camponês);

"Houve muita arbitrariedade da Polícia Federal eles estavam lá em cima e eram retirados com tiro de metralhadora nas latas de leite, pontapé nas crianças e criações, jogando esterco nos queijos, nas épocas de seca as pessoas jogavam o gado lá em cima prá diminuir os gastos. A PF tirou o gado na maior ignorância" (Empresário com nível médio de renda);

"A Polícia Federal de Uberaba veio sentando bico de metralhadora nas costas do pessoal, matava cachorro, jogava latão de leite no chão, tomava ferramenta, cavadeira, quebrando porteira" (Empresário com alto nível de renda);

"Houve muita violência da Polícia Federal, um verdadeiro absurdo eles arreventaram as cercas com jipe. O IBDF avisou a PF para agir com dureza eles estavam acostumados a lidar com marginais e foram assim com os proprietários. Meu pai ficou apaixonado e morreu logo depois, da desapropriação" (prefeito municipal na época da retirada do produtores do Chapadão<sup>19/</sup>

Estes acontecimentos são significativos para a compreensão das atitudes que os produtores neles envolvidos manifestam sobre o PNSC. O que será discutido nas seções que se seguem. Tais acontecimentos também refletem a improvisação de soluções, por parte dos órgãos públicos, na criação implantação e gestão do PNSC, levando ao conflito ainda não totalmente solucionado.

## 5.2. Expectativas Criadas pela Implantação do PNSC

A criação do PNSC gerou muitas expectativas entre os produtores rurais de São Roque de Minas, que esperavam melhoras consideráveis para toda a região.

As mudanças que ocorreram no município de S. Roque de Minas, a partir da implantação do PNSC, não corresponderam às expectativas. Esperava-se que, com a criação deste Parque Nacional, toda uma infra-estrutura fosse implantada, para atender às demandas turísticas da região. O município teria suas estradas asfaltadas, a rede elétrica seria melhorada e encampada pela CEMIG, bem como o abastecimento de água da cidade administrada pela COPASA. Seriam criados hotéis, escolas, enfim mudanças condizentes com o novo status da cidade. Mas nada disso chegou a se concretizar e a única coisa que o Parque trouxe para o município foram alguns poucos empregos, como observam os entrevistados:

*"Se trouxe algum benefício eu ainda não enxerguei. Até a força elétrica ruim na cidade é porque eles gastam na portaria do Parque"*  
(Produtor camponês);

*"Nós não temos benefício nenhum, nem estrada, nem hotel melhor no S. Roque"*(produtor com altos níveis de renda);

*"Nenhum benefício. A gente pensava que viriam estradas, turismo. Foi o maior entusiasmo, mas não aconteceu nada. O Parque só deu emprego a meia duzia de pessoas e nada, mas isso só dá um prejuízo enorme para o governo. Poderia ter criado o Parque só preservando às nascentes do São Francisco".*(Produtor e ex-prefeito municipal).

Tal percepção é também partilhada por pessoas que não são produtores rurais:

*Para o município o Parque trouxe maléfcios. Até então, o município não teve nada em troca só perdeu a terra, inclusive os confrontantes veem o Parque com muito desprezo, veem o parque como se fosse um mal. A maior culpa é dos maus políticos que não trouxeram e nunca buscaram recursos econômicos até de outros países para manter o município através da preservação dos recursos naturais" (Líder político, poeta e queijeiro).*

Para os produtores, outra questão de relevância é a fundiária, que alguns proprietários acreditavam seria resolvida imediatamente após a criação do PNSC. Todavia, até 1991, alguns proprietários ainda se encontravam em litígio pelas terras desapropriadas, entre os quais alguns produtores classificados como camponeses, neste estudo. Como foi observado, somente os proprietários de minifúndios foram indenizados imediatamente após a desapropriação. Sendo, nos Chapadões da Serra da Canastra, a pecuária extensiva, a única forma viável de manejo do solo. Algumas unidades camponesas possuíam áreas maiores que os minifúndios. Por isso, alguns produtores classificados como camponeses tiveram que esperar vários anos pela indenização. Tal situação, aliada a não concretização da melhoria na região, levou os produtores camponeses e empresários familiares a se sentirem duplamente penalizados.

As terras, anteriormente utilizadas como pastagens naturais, são vistas agora, por esses produtores, como "terras abandonadas, onde nada se produz". Ao perderem suas pastagens,

passaram a utilizar insumos industrializados, sendo que muitos não puderam se manter no mercado queijeiro a partir dessa nova realidade. Isto significou, para alguns produtores, empobrecimento. As declarações que se seguem ilustram essa situação:

*"Melhorou nada, desfalcou a renda municipal, desfalcou a renda dos proprietários, aumentou os gastos do governo, diminuiu a produção agrícola do município. Para o município só diminuiu os rendimentos porque diminuiu as pastagens" (Produtor Camponês);*

*"Nós está muito sacrificado, comprando ração sem os pastos do Chapadão" (Produtor Camponês);*

*"Muito errado, desapareceu a renda e os impostos do município que deixou de produzir queijos, leite, porcos"(Produtor Camponês);*

*"O Parque só fez diminuir em 80.000 cabeças de gado a renda, piorou muito até para os empregados. O Parque acabou com o município que perdeu a renda"(Empresário com nível médio de renda);*

*"(...) o pessoal foi todo embora, nós plantávamos no vale dos Cândio, agora não podemos plantar nem atravessar o Parque. O Parque foi um fracasso para os pobres, acabou o movimento do comércio, de tudo aqui. O povo tem raiva até hoje e se brincar mata todo mundo do Parque" (Professora Rural Aposentada e ex-proprietária na área do PNSC);*

*"O Parque só piorou. Tomou a terra, nem pagou, diminuiu a renda dos produtores, diminuiu os empregos dos peões"(Empresário com nível médio de renda);*

*"A gente levava o gado pra lá na seca agora ficamos sem dinheiro e sem terra" (Produtor Camponês);*

*"Tem gente demandando até hoje com o Parque no São João tem gente que perdeu a fazenda e até hoje não recebeu" (Empresário com nível médio de renda);*

*"O produtor não vê alguma coisa que o Parque beneficiasse. Tomou a terra, e até hoje, está isso aí parado. Daí ficou uma revolta muito grande dos produtores"(Empresário familiar);*

*"O pessoal aceitou. Tem falta de inteligência e preparo, mas o povo não teve infelizmente ninguém a quem pudesse indenizar"  
(Produtor Camponês)*

*"Tudo que se vê aqui é muito bonito, mas não se vê por trás o sofrimento que existe deste povo. Para a criação deste Parque, muita gente perdeu tudo que acumulou em trabalho duro durante 50 anos e não teve nenhuma recompensa, daí a rejeição a este Parque"  
(filho de produtor camponês);*

Em síntese, essas declarações enfatizam a importância dos seguintes elementos significantes nas atitudes dos pequenos produtores em relação ao PNSC: desapropriação; desarticulação do sistema de pastoreio; expectativas não realizadas. A articulação desses elementos significantes conduz os pequenos produtores a perceberem o Parque como causa de seu empobrecimento. Daí, vem a rejeição ou negação do PNSC. Outros elementos significantes estão presentes nessa atitude, como por exemplo o significado da preservação ambiental, os quais serão, também, discutidos neste capítulo. Antes, porém, torna-se relevante indicar que as atitudes dos pequenos produtores não é partilhada por todos os produtores capitalizados, e mesmo por pessoas que se dedicam a atividades não agrícolas.

X Alguns produtores, com alto nível de renda, cujas terras localizam-se na parte baixa do município, onde as condições edafoclimáticas são mais propícias à mecanização e adoção de maior número de linhas de exploração e que não tiveram suas terras desapropriadas consideram importante a criação do

PNSC, mesmo que para isto tenha sido necessária a desapropriação de terras produtivas. Outros ainda consideram que a criação do PNSC foi importante para a preservação dos ecossistemas. Consideram também que, o não acesso às pastagens do Chapadão, levou-os a usar novas tecnologias agropecuárias, como construção de silos, uso de ração e formação de pastagens. Para esses indivíduos a preservação ambiental deve prevalecer sobre a produção agrícola:

*"Neste São Roque foi bom ter criado porque melhorou as condições produtivas com o Parque Nacional. Também trouxe algum turismo" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Eu acho certo porque não adianta produzir alimentos e destruir a natureza. Foi bom porque deu alguns empregos no Parque. É o que tem até agora" (Empresário com alto nível de renda);*

*"O município desenvolveu com o Parque, os produtores tiveram que usar ração" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Eu defendo o Parque, acho muito bonito é o lugar que mais vou, tem que preservar" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Os produtores eram ligados em levar o gado para o Chapadão, quando foi criado o Parque eles tiveram que melhorar as pastagens, fazer silos etc...O Parque trouxe algum turismo, muito estudos, estágios, etc." (Produtor com alto nível de renda).*

Estes depoimentos evidenciam que os elementos significantes nas atitudes em relação ao PNSC variam de acordo com as categorias de produtores. A noção de preservação ambiental dependência do sistema de pastoreio tradicional, condições financeiras de acesso às novas tecnologias e envolvimento nos conflitos gerados na implantação do Parque, constituindo

elementos significantes ponderados diferentemente pelos distintos tipos de produtores.

Outros elementos significantes foram encontrados nos depoimentos de indivíduos, cuja experiência de vida se prende a atividades não agrícolas. Como exemplo dessa situação, alguns membros da comunidade de São Roque de Minas, principalmente jovens, vêem o Parque como um elemento que poderia ser usado para desenvolver o município através do turismo e reconhecem o valor ecológico da área:

*"Prá mim esse Parque já devia ter sido feito antes; só agora a consciência ecológica tem pintado no Brasil. Prá São Roque é um marco, é necessário que se faça campanhas orientando as pessoas para aque eles saquem o que têm aqui" (Jovem comerciante local);*

*"O Parque para mim representa o "Paradise", um privilégio natural. A primeira vez que fui ao Chapadão fui em um caminhão. Larguei o caminhão e fiquei caminhando lá em cima da Casca Danta, depois da Margarida [namorada] é a minha grande paixão" (Jovem da comunidade);*

*"O pessoal daqui é muito careta e não enxerga o que eles tem. O Parque da Canastra é a coisa mais chique que Deus pôs na terra. Apesar de existirem outros Parques que eu não conheço, acho esse aqui muito bom" (Jovem garçom da comunidade);*

*"Eu adorei esse Parque. Ele será pequeno para tanta gente. Ele foi e será a melhor coisa de São Roque" (Telefonista);*

*"Acho o Parque importante para conservar espécies animais como o tamanduá bandeira, lobo guará, emas, etc... Atualmente os alunos já tem despertado sobre o meio ambiente, principalmente os da 5ª série"(Professora);*

*"Acho o Parque importante para preservar as nascentes do São Francisco. As nascentes são importantes para a população local" (Jovem da comunidade);*

*"Sou apaixonada pelo Parque. É a única coisa boa daqui, é a única riqueza verdadeira e que traz alguma riqueza cultural para a cidade" (Professora);*

*"Não tive terras desapropriadas para a criação do Parque, mas se tivesse não me importava" (Cabelereira);*

*"Na comunidade de São Roque muitos acham uma boa... Muitos tem tomado consciência ecológica" (Chefe do destacamento florestal em São Roque de Minas);*

Os depoimentos transcritos, interpretados à luz do referencial teórico, indicam que os padrões de diferenciação social, as experiências vividas e outras dimensões cognitivas dotam os indivíduos de especificidades, a partir das quais o PNSC assume significados diferentes. Esta colocação remete-se à hipótese e às questões norteadoras, levantadas neste trabalho. No entanto, os elementos significantes, até agora identificados, relacionan-se, ainda, a outros elementos significantes, os quais, por seu turno, estão associados à concepção de preservação ambiental e serão temas da próxima seção.

### **5.3. Preservação Ambiental: a Visão do Produtor**

Os produtores de São Roque de Minas, mesmo que de maneira intuitiva, conhecem os danos ambientais trazidos por atividades como caça, pesca, garimpo, retirada de madeira e

queimadas. Para eles, a garimpagem é a atividade mais danosa ao meio ambiente, uma vez que, além de arruinar os solos, também causa o assoreamento dos rios, diminuindo sua piscosidade e inviabilizando a atividade agropecuária nas áreas adjacentes aos garimpos. Em sua opinião, essa atividade deveria ser sumariamente proibida:

*(...) "O garimpo no São Francisco acabou com os rios e com os poços, aterrou tudo. Eu lembro do São Francisco com água azulinha, isso do garimpo é de acabar. Eles não estão respeitando nada" (Empresário familiar);*

*"Tenho bronca do tal garimpo. Acho que nesta área é a atividade mais danosa" (Empresário com alto nível de renda);*

*"O garimpo não tem utilidade a não ser tirar diamante para enfeitar os pescoços das madas. Destruíram o São Francisco, mas se pagar impostos pode destruir?" (Empresário com alto nível de renda);*

*"O garimpo é o pior deles, o São Francisco está arruinado" (Produtor camponês);*

Os proprietários também viam que a pesca, e principalmente a caça, eram atividades que deveriam ser proibidas, como forma de preservação da fauna local:

*"Eu acho que não tem necessidade disso, caçar e pescar, mas têm tipos de pessoas que não vivem sem isso" (Produtor camponês);*

*"A caça fica acabando com os trem tudo" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Caçar e pescar é proibido aqui em casa. Há alguns anos, havia muito peixe. Hoje em dia, a gente não vê nada dessa vida" (Empresário familiar);*

*"Caça e Garimpo destrói quase tudo"  
(Produtor camponês);*

*"(...) antes vinham pessoas que de fora e matavam até 2000 perdizes de uma só vez"  
(Empresário com alto nível de renda).*

Os desmatamentos indiscriminados também são lembrados pelos entrevistados como atividades que podem comprometer os ecossistemas, dizimando espécies da flora e fauna, secando as nascentes e alterando toda a cobertura vegetal da região:

*"Se for destruindo tudo, daqui há alguns anos não vai ter madeira para nada"  
(Empresário com alto nível de renda);*

*"Isso é o que tá acabando com o Brasil. Essa roçada acabou com as madeiras e por isso não chove" (Empresário familiar);*

*"Igual era antigamente tinha acabado matas. Agora, já estão renascendo as capoeiras. Nesta parte foi bom, mas já estão renascendo as macegas de capim"  
(Produtor camponês).*

Apesar de reconhecerem que o garimpo, a caça e a pesca causam danos ambientais, os produtores, principalmente aqueles com baixos níveis de renda, ou aqueles que foram envolvidos nos conflitos por ocasião da implantação do PNSC, vêm de forma diferente os possíveis efeitos das queimadas. Como foi observado, ainda que superficialmente, tal visão está associada ao sistema de pastoreio tradicional e à falta, de recursos financeiros para substituí-lo. No entanto, outro elemento significante pode, também, estar envolvido nesta visão: o contraste entre as imagens de rara beleza cênica de áreas como o Pantanal, Chapada Diamantina e Floresta Amazônica, mostradas pelos veículos de

comunicação de massa e áreas de campos ruprestes da Serra da Canastra. Todavia, antes de discorrer sobre este contraste, alguns pormenores sobre o sistema de pastoreio tradicional serão apresentados.

As queimadas, uma atividade que eles mesmos consideram danosa, ainda é muito usada na Serra da Canastra. Para esses produtores, principalmente para os menos capitalizados, o uso das queimadas, mesmo em regiões vizinhas ao PNSC, se justifica pelas condições edáficas e topográficas da região. Eles sabem que muitas práticas agrícolas como implantação de áreas de pastagens, uso de ração, defensivos, mecanização, etc, poderiam substituir, em muito, as queimadas. Mas sua condição sócio-econômica não permite:

*"Que eu possa fazer por minha conta, não sei. Se eu pudesse pagar um trator de esteira tinha, mas eu não posso" (Produtor camponês);*

*"Isso é uma coisa relativa. Tem lugares que se não passa um fogueiro não presta pra nada. Nesses lugares é necessário e não é nascente nem nada" (Produtor camponês);*

*"A ração pode substituir, mas aí vai comprando ração e vendendo rezes, até acabar com as rezes só prá comprar ração" (Produtor camponês);*

*"Se tiver uma química que pode substituir, mas eu não conheço" (Produtor camponês).*

As invasões de gado, que sempre se sucedem aos incêndios das pastagens na Serra da Canastra, são consideradas pelos produtores como causas secundárias dos problemas da fauna e

da flora local, ao contrário do que afirmam alguns ambientalistas. Segundo esses proprietários, antes da criação do PNSC, o gado já convivia com a fauna e flora da Serra da Canastra e nunca houve problema de contaminação dos animais silvestres, ou competição pelas pastagens naturais. A fauna se alimentava de restos do rebanho e até hoje continua a fazê-lo, já que os animais do Parque fogem constantemente para as propriedades vizinhas em busca de alimentação:

*"Quando nós mexia no Chapadão, nós punha fogo, e os bicho, veado etc. tinha. Hoje em dia não pega fogo e bichos foge para os pastos vizinhos" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Não estraga nada. Eles alegam que alguma vez infectada pode trazer doença para fauna mas isso é ignorância sobre os bichos que vão pará lá e prá cá e vivem na minha propriedade" (Produtor camponês);*

*"No Parque até os bichos estão fugindo porque eles não gostam de macega velha sem queimar" (Produtor camponês);*

*"Desde que a gente se entende por gente, lá tinha gado e é a mesma coisa" (Produtor camponês);*

*(...)"A criação não pensa. Quando arrebenta a cerca, ela foge prá lá" (Produtor camponês).*

Essa percepção dos produtores pode ser reforçada pelo contraste entre a visão do PNSC, cenário do seu cotidiano, e a exuberância da fauna e da vegetação de outros ecossistemas.

Os meios de comunicação, de maneira mais enfática a televisão, têm explorado muito as imagens de rara beleza cênica, mostrando os diferentes ecossistemas brasileiros, especialmente

através de telenovelas, documentários ou telejornais e a necessidade de preservação dos mesmos. A veiculação dessas imagens tem criado expectativas sobre a importância da preservação ambiental entre os produtores rurais da Serra da Canastra. Eles reagem positivamente a estas mensagens, enfatizando a necessidade de medidas que possam preservar, efetivamente, áreas como o Pantanal Matogrossense, Chapada Diamantina, Floresta Amazônica, por representarem ecossistemas ímpares no contexto nacional e não em áreas onde, na visão deles, nunca houve nada a ser preservado:

*"Isso a gente não entende, reservar uma área reflorestada é a coisa mais linda que existe, mas área de campo e pedra Tinha é que por fogo para o gado comer, mas infelizmente aconteceu isso aí" (Produtor camponês).*

Os ecossistemas aquáticos e ruprestes presentes no Parque não causam nenhum impacto, quando comparados aos do Pantanal ou Amazonas que, para estes entrevistados, realmente devem ser preservados como patrimônios da nação. Para tanto, todos os mecanismos estatais, uma legislação mais adequada, multas e vigilância constante contra ações predatórias nestas áreas, devem ser usados, na concepção da maior parte dos entrevistados. O Parque Nacional da Serra da Canastra porém, na visão dos produtores, não se enquadra na mesma categoria que essas áreas e nele não há nada a ser preservado:

*"Sempre, desde de que Deus criou, lá só existe campo e pedra" (Produtor camponês).*

Além dos ecossistemas aquático e rupreste, com sua vegetação pouco densa e pouco arborea, que quase nada representa para alguns produtores, o PNSC não cumpre, satisfatoriamente, seu papel de proteção da flora e fauna silvestre, uma vez que os grandes incêndios, ocorridos frequentemente dentro do mesmo, as têm dizimado. Uma outra visão desses proprietários é que o PNSC é uma enorme fonte de gastos governamentais, sem que haja retorno, seja na forma de arrecadação, seja na forma de benefícios para a população local:

*"Pra mim não representa nada (...) Eu vejo a terra inutilizada. Há alguns anos a gente via alguma coisa, hoje a gente não vê nada" (Produtor camponês);*

*"Se tivesse animais representaria alguma coisa, mas não tem. Falta comida para os animais, não representa nada" (Empresário com alto nível de renda);*

*"Este Parque pra mim, não tem importância nenhuma, porque ele não preserva nada e está destruindo mais que antigamente, porque agora ele está destruindo com fogo que dentro do Parque é muito perigoso e nada cerca" (Empresário familiar).*

Como síntese da exposição, até agora efetuada, observou-se que os seguintes elementos foram significantes para as ações e atitudes dos produtores entrevistados em relação ao PNSC: alteração do sistema tradicional do pastoreio; valor e forma das indenizações das áreas desapropriadas; conflito na desocupação dos retiros de pedras no Chapadão; expectativas não concretizadas com a implantação do Parque; concepção de preservação ambiental. Associados a estes elementos estão também

a noção de que o Parque Nacional da Serra da Canastra constitui-se numa fonte de desperdício do dinheiro público e a noção de que esse Parque deixou de fazer parte do seu cotidiano, significando, neste caso, uma perda. Tais noções serão expostas a seguir.

#### **5.4. Parque Nacional e Produtores Rurais**

Uma questão muito relevante na opinião dos entrevistados, está relacionada aos altos custos de manutenção atribuídos ao Parque. Para os produtores, o PNSC emprega um grande número de funcionários, com altos salários; número que consideram além do necessário para a fiscalização e administração dessa área. Muito se questiona a respeito das poucas horas trabalhadas por aqueles que são responsáveis pela fiscalização (trabalham 24 horas e folgam 72). Sobre esse aspecto ocorre, inevitavelmente, uma comparação com os trabalhadores rurais que, em tarefas que eles consideram muito mais árduas, trabalham diariamente de doze a dezesseis horas. Alguns proprietários, mais exaltados, chegam a afirmar que são os funcionários que permitem invasões na área do Parque e que são, eles mesmos, os provocadores dos incêndios. Entre os entrevistados, afirma-se, também, que são totalmente ineficientes, uma vez que em épocas de ocorrência de grandes incêndios sempre chegam reforços da Polícia Florestal de Passos e Uberaba:

"...Eles ficam à toa aí, um só dava conta. quando pega fogo eles tem que ir a Passos ou Uberaba buscar gente. Quer dizer, então, que eles não adiantam nada. Um cara que trabalha na roça, trabalha todo dia de sol a sol e quem trabalha no Parque, só porque trabalha a noite, trabalha dois dias na semana e folga quatro"(Produtor camponês);

"Tem funcionário demais, corre daqui pra lá queimando gasolina, dando prejuízo pra nação" (Produtor camponês);

"O número de funcionários é grande, mas os funcionários não trabalham. Quando tem alguma festa há um revezamento de funcionários, os que estão lá em cima põe fogo para os que estão em baixo [cidade] terem que subir para apagar o fogo" (Produtor com alto nível de renda).

A noção de desperdício do dinheiro público e a noção de ineficiência e inépcia dos funcionários do IBAMA associam-se, na visão de alguns produtores, à idéia de que o PNSC constitui uma área de terra que lhes foi tirada para se manter improdutiva:

"O Collor devia dar um jeito de devolver o Chapadão, fica só gastando pagamentos desses camaradas sem produzir nada lá no Chapadão. O governo devia era instalar uns japoneses prá plantar batata fazer fatura agora o governo só põe gente aí prá vigiar o fogo e no tempo da seca queima mesmo porque a macega seca não tem jeito"  
(Produtor Camponês);

"Eles estão aí queimando gasolina do governo e é por isso que o país está, do jeito que está muita gente prá comer e poucos pra trabalhar"  
(Produtor Camponês);

Nenhum dos produtores rurais vê o PNSC como uma área de preservação ambiental da comunidade: todos o vêem como um Parque

Nacional do IBAMA. Para eles o PNSC tem o sentido de algo que lhes tirou a liberdade, sem nada ter dado em troca. Para a maioria dos produtores, o sentido maior de toda essa unidade de conservação é o de uma "terra abandonada", sobre a qual eles não têm interesse, nem mesmo como área de lazer:

*"A gente vê uma coisa que não tem dono nem nada. Os vizinhos depredam e não há interesse de zelar dele" (...) A gente vê esse Parque aí e uma fazenda abandonada são a mesma coisa" (Empresário familiar);*

*"Esse Parque é só deles [IBAMA], a gente não utiliza esse Parque prá nada, nem prá tomar banho na serra" (Produtor Camponês);*

X *"Não tem ligação entre o IBAMA e os proprietários locais. Para eles não há vantagem nem como opção de lazer. É um negócio muito fechado, à maior parte não sabe a função deste Parque" (Empresário com alto nível de renda);*

✓ *"A opinião de todo mundo é que ele não serve pra nada. Concordo que ele não serve prá nada, nem pra fazer nada pela comunidade". (Empresário com alto nível de renda);*

*"(...) Um Parque do IBAMA, porque tirou a liberdade de todo mundo. Os que foram retirados perderam a liberdade e os que ficaram também perderam a liberdade". (Produtor Camponês).*

Os problemas do PNSC são desconhecidos da maioria dos produtores. De acordo com estes produtores não há interesse da comunidade rural em conhecer os problemas do Parque. Apenas alguns desapropriados se preocupam em saber quando serão indenizados. A falta de interesse é justificada por uma parcela destes proprietários que afirmam:

*"Não sabe nada porque eles não faz quase nada. O lema deles é trabalha um dia folga quatro" (Empresário familiar);*

*"Ninguém se preocupa com ele. Os que foram desapropriados só se preocupam em receber" (Produtor Camponês).*

De acordo com uma pequena parcela desses produtores, de modo geral constituída pelos que apresentam maior nível de renda, os problemas do Parque, principalmente os referentes à comunidade em que ele se insere, deveriam ser discutidos com os proprietários, senão em busca de solução imediata, pelo menos para que os agricultores tomem conhecimento das questões envolvendo o PNSC e a comunidade rural de São Roque de Minas:

*"Não junta os dois lados, não há divulgação dos problemas nem há procura dos proprietários em conhecê-los" (Empresário rural com alto nível de renda);*

✓ *"Eles poderiam repassar os problemas do Parque e educar os proprietários e, até discutir os problemas com proprietários" (Empresário familiar).*

Consideram que o PNSC poderia oferecer atividades como educação ambiental, orientação aos proprietários limitrófes, construção de aceiros, melhoria das cercas, aluguel de maquinaria, desenvolver um serviço de extensão, abertura de estradas, oferecendo alternativas que substituíssem práticas danosas aos ecossistemas do Parque, como forma de atenuar os conflitos com os seus confrontantes:

- X "Poderia orientar melhorar os proprietários hostis. Nunca chegou um funcionário do Parque para orientar os proprietários, eles só punem quando deveriam prevenir" (Empresário familiar);
- ✓ "Construir estradas, aceiros, melhorias das cercas, melhorando as condições para o turismo. Primeiro que gente rica não anda em estrada de terra e o Parque fica fechado" (Empresário com nível médio de renda);
- ✓ "Oferecer ensino de mais tecnologia aos proprietários rurais, abertura de estradas para os proprietários, trabalho com maquinaria nas propriedades" (Empresário com alto nível de renda);
- "Talvez algum especialista possa oferecer mais opções para o pessoal que é confrontante com o Parque, como forma de protegê-lo" (Empresário com alto nível de renda);
- "Cooperação para fazer aceiro em volta do Parque para evitar desastres no Parque" (Produtor Camponês);
- X "Educação ambiental, assistência técnica, atrair turismo, substituindo atividades." (Empresário com alto nível de renda);
- ✓ "Cursos, treinamentos. O pessoal teria que ver que ficou sem suas terras mas que elas estão sendo bem aproveitadas" (Empresário com alto nível de renda).

Para aqueles produtores mais pauperizados nenhuma atividade oferecida melhoraria as relações entre estes e o Parque:

"Não tem solução que agradasse" (Produtor Camponês);

"O Parque só dá dano e prejuízo e isso continua para sempre, esse prejuízo" (Produtor Camponês);

"Acho que não tem nada. Eles não dão liberdade pra fazer nada" (Produtor Camponês).

Pode-se observar que nas categorias de produtores com maiores níveis de renda, por piores que tenham sido suas desavenças com o PNSC, sempre há perspectivas de melhorias que possam advir para a comunidade. As categorias de produtores com menores níveis de renda são as que mais têm restrições em relação ao PNSC, mesmo que as suas relações atuais não sejam conflituosas. Essas categorias têm passado por um processo de empobrecimento muito grande e atribuem ao PNSC a responsabilidade pela perda de enormes extensões de terra que viabilizavam sua produção agropecuária, dentro de um sistema de manejo tradicional, onde a utilização de queimadas permitia-lhes a independência quanto ao uso de insumos industrializados, além de mantê-los no sistema produtivo. Diante dessa situação, torna-se impossível, para alguns produtores dessa categoria, estabelecer melhores relações entre o Parque e a comunidade rural de São Roque de Minas.

## 7. RESUMO

O presente trabalho, "Produtores Rurais e Parque Nacional - um Estudo de Caso na Serra da Canastra", teve como objetivo compreender os motivos que levam os produtores vizinhos a este Parque à prática de intervenções, as quais poderiam ser consideradas hostis.

O Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), criado em 1972, teve como principal objetivo a preservação das nascentes do rio São Francisco, "Rio de Integração Nacional". Para demarcação das terras abrangidas por este Parque não foram feitos levantamentos físicos e sócio-econômicos da área, através dos quais se poderia prever os efeitos de sua criação sobre o sistema de pastoreio tradicional, adotado pelos produtores camponeses e seus vizinhos. Também a pouca habilidade com que foram conduzidas a desapropriação e a desocupação das terras, provocou conflitos desnecessários entre os órgãos encarregados de seu gerenciamento e a população local. Estes fatores mostraram-se significantes para os produtores rurais, vizinhos ao Parque, ocasionando intervenções antrópicas, as quais podem ser consideradas hostis, inviabilizando, assim, uma proteção efetiva dos ecossistemas a serem preservados pelo PNSC.

Para os produtores rurais, elementos significantes, tais como alteração do sistema de manejo tradicional de pastoreio, valor e forma de pagamento das indenizações das terras, conflitos gerados na desocupação das áreas desapropriadas, expectativa criadas com a implantação do PNSC, se mostram relevantes nesta análise. A visão do produtor sobre a preservação ambiental, analisada à luz do referencial teórico e metodológico, baseado na análise interpretativa, permitiu a reconstituição da realidade a partir da consciência dos atores envolvidos, demonstrando que para eles suas intervenções não eram percebidas como hostis.

## 8. SUMMARY

This work was carried out with the objective of understanding why the farmers who live nearby the National Park interfere in the Park eco-system what could be considered as hostile.

The Serra da Canastra National Park was settled in 1972 in order to preserve the São Francisco river-head - The National Integration River. Neither physical nor sócio-economical lay-outs were made in the area in order to delimit the lands belonging to that Park what would enable the foreseeing of the Park setting effects upon the traditional grazing system adopted by the peasants who live nearby. The lack of ability to conduct both land dispossession and land evacuation was found to cause useless conflicts between governmental organs and the local population. All these factors have shown to be significant to the farmers as well as to cause human interferences which might be considered as hostile and, as a consequence, to make it impossible for the eco-system to be efectively protected by the PNSC. In this analysis the data which the farmers consider to be significant such as change in the traditional grazing system; amount to be pard and form of payment for land recomping; conflicts caused by the area dispossession; expectations emerging

from the PNSC'S settling were found to be relevant. The farmer's view of the enviroment protection, was found out through the interpretative analysis on the ground of theoretical and methodological reference. Such an analysis made it possible to reconstitute reality by starting from the actor's conscience what would show that farmers did not realize that their interferences were hostile.

## 9. NOTAS

- 1/ "Essa atitude é apresentada por Heidegger ao referir-se ao método fenomenológico de investigação (método tomado do grego "meta-odos" - "meta" significando após, além, e "odos" significando caminho - poderia ser traduzido para além do caminho). A atitude fenomenológica para Heidegger é pois de retomar um caminho que nos conduza a ver nosso existir simplesmente como ele se mostra. Heidegger quis reeducar nossos olhos e reorientar nosso olhar. Rompeu com os debates do método e da teoria do conhecimento que estudava o Sujeito que conhece o Objeto" (MASINI, 1989, p.62).
- 2/ "Para a fenomenologia, fenômeno que quer dizer o aparecer da realidade à consciência, no sentido de que, de fato, a realidade se dá à consciência" (LARA, 1988, p.106).
- 3/ O processo de estratificação social é estudado por diferentes parâmetros, por exemplo: posse ou não um dos meios de produção (perspectiva Marxista); situação de classe (perspectiva Weberiana); "status" e prestígio (perspectiva Funcionalista). Embora tais perspectivas atribuam poder diferentes às classes sociais como agentes de transformação social, existem alguns traços gerais comuns entre elas, por exemplo: não há sociedade sem classes; os interesses entre as classes não são idênticos; os acessos aos benefícios sociais não são simétricos entre as classes. Veja, entre outros os seguintes autores: OSSOWSKI (1976, p.86-107); WEBER (1971, p.211-228) e DAVIS & MOORE (1969, p.101-115).
- 4/ Apesar da natureza central do processo cognitivo, existem cientistas sociais que adotam a perspectiva externa (centrada no que é manifesto) ao estudar a atitude e o comportamento humano, "coisificando-os". FILSTEAD (1971), considera que os valores contidos em tal postura, resultam das suposições e idéias positivistas a respeito das ciências sociais, as quais são, assim, sintetizadas por OLIVEIRA (1988, p.123): "as atitudes do pesquisador que, diante de seu objeto de interesse, o mundo social, assume como postulados que a sociedade é regida por leis que atuam independentemente da vontade e da ação dos homens, e que ela pode, assim, ser estudada pelos mesmos métodos empregados pelas ciências da

natureza; as ciências sociais, dessa forma, deve-se limitar à observação e explicação causal dos fenômenos, de maneira objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, e afastando desde o começo todas as pré-noções e pré-julgamentos". De acordo com FILSTEAD (1971) essa concepção de objetividade motivou uma preocupação exagerada com a "confiabilidade" (a propriedade de um instrumento de pesquisa, por exemplo escala, quando empregado em condições semelhantes, produzir resultados semelhantes) mas não necessariamente com a "validade" (a propriedade de um instrumento de pesquisa detectar o que realmente procura detectar). Ao se colocar grande ênfase na confiabilidade, privilegiou-se, também, a perspectiva externa ou manifesta do comportamento humano através do uso das chamadas variáveis operacionais e dos indicadores expressos em escala, com os quais espera-se obter uma visão objetiva e neutra dos fenômenos sociais. A ênfase dada a confiabilidade agravou, em muitos casos, o problema de validade (veja exemplos citados por DEUTSCHER, 1971 p.202-215) e não solucionou o problema de objetividade/neutralidade, uma vez que a seleção das variáveis operacionais e a construção de escalas continuam sendo feitas a partir do modo pelo qual o pesquisador percebe o fenômeno pesquisado. Em outras palavras, o homem continua comandando o processo de geração do conhecimento. As questões relacionadas com objetividade são colocadas de outro modo por OLIVEIRA (1988). Esse autor observa que "as ciências sociais", necessariamente engajadas na escolha do problema e na interpretação dos resultados, não podem dispensar o princípio da neutralidade axiológica no instante da aplicação empírica do método escolhido - mesmo quando esse método, por sua vez, não se apresenta completamente isento de pressupostos (...) essa *démarche* é imprescindível para que os dados colhidos no decorrer da pesquisa sejam dotados de objetividade, sem a qual anula-se o próprio conceito de ciência". Tais dados, embora possam ser discutidos - pois eles foram "construídos" a partir de um método - não podem ser negados" (OLIVEIRA, 1988, p.127). Assim, objetividade não é uma simples questão de variáveis operacionais, indicadores e escalas, mas uma postura do pesquisador diante do processo de geração do conhecimento.

- 5/ GERMANI (1968, p.81-86) observa que mesmo nas ações tidas como habituais e rotineiras a lógica e a intencionalidade que as fundamentam podem ser reveladas a um plano inteligente, desde que o ator da ação passe a refletir sobre o seu significado e sua origem.
- 6/ Por exemplo: PEREZ (1975); SOARES (1976); MOLINA FILHO (1977); SORJ (1980); MULLER (1981); SORJ et alii (1982); KAGEYAMA & SILVA (1983); SORJ & WILKINSON (1983); ALENCAR & MOURA FILHO (1988); BARAUNA (1988) e TROMBETA (1989).

- 7/ Essas classes e frações de classe também podem ser assim denominadas: burguesia tradicional (latifundiário); burguesia industrializada (empresário capitalista); pequena burguesia tradicional (camponeses); trabalhador autônomo (arrendatário ou parceiro); trabalhador a domicílio (neocamponeses) ou seja, pequeno proprietário vinculado ao capital industrial e ou comercial (MULLER, 1982). Optou-se neste trabalho pela primeira terminologia por considerá-la mais difundida.
- 8/ Os baixos níveis de rendas líquidas desses produtores resultam do próprio processo de integração, onde as empresas industriais e/ou comerciais têm um comportamento oligopsônico, determinando a quantidade, a qualidade e o preço das mercadorias que compram. São elas também que determinam a tecnologia a ser empregada pelos produtores adiantam os insumos necessários, eventualmente antecipam parcelas do pagamento em dinheiro, classificam os produtos em tipos e os compram descontando no valor dessa produção as quantias adiantadas ao produtor. Em função desse sistema, os pequenos produtores integrados adotam tecnologias relativamente modernas, que implicam gastos elevados, rendas brutas relativamente altas, mas rendas líquidas baixas (PEREZ, 1975).
- 9/ A autora desta dissertação é Engenheiro Florestal e o seu objetivo inicial como estudante do Curso de Mestrado em Administração Rural era estudar o processo administrativo de Parques sob responsabilidade de instituições públicas. As primeiras visitas realizadas ao PNSC, colocou a pesquisadora frente a ações que, confrontadas com suas concepções conservacionistas, eram percebidas como hostis. As concepções conservacionistas da pesquisadora não mudaram, mas levou-a a procurar entender o porquê de tais ações que ela e outras pessoas consideravam hostis. Esta questão motivou a alteração de seu objetivo inicial de pesquisa, estudar o processo administrativo no PNSC. Esta questão também conduziu a pesquisadora a utilizar análise interpretativa fundamentada na perspectiva fenomenológica. Esta nota torna-se relevante, pois, ao contrário do que muitas vezes se imagina, existe uma interação dialética entre o pesquisador e a realidade, desta relação, novas interpretações podem surgir, evidenciando novas faces do problema ou novos problemas.
- 10/ Alguns estudos, por exemplo MOLINA FILHO (1977), BARAÛNA (1988) e TROMBETA (1989), tomaram essas variáveis como básicas, por elas permitirem estabelecer os passos iniciais para a categorização de unidades de produção no campo: (a) classificar as UPs em níveis de valor bruto de produção agropecuária; (b) separar as UPs onde predominam a mão-de-obra da família das UPs onde predominavam a força de trabalho contratada; (c) separar as UPs que produziam valor de uso das UP(s) que produziam valor de troca.

- 11/ Embora o MVR maior valor de preferência tenha sido extinto em março de 1990 ele ainda continuou em vigor para fins de crédito rural até março de 1991, segundo determinação do Banco Central do Brasil. O valor fornecido pela agência do Banco do Brasil S/A em Lavras para cálculos do valor bruto da produção Agrícola (VBPA) e Valor Bruto do Produto comercializado (VBPC), neste estudo foi o valor do MVR de março de 1991, cujo valor foi Cr\$ 2216,17.
- 12/ Os preços médios de mercados utilizados para o cálculo das variáveis Valor Bruto do Produto Agrícola e Valor Bruto do Produto Comercializado foram obtidos através dos preços médios do mês de março de 1991 da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, publicados no jornal "Folha de São Paulo". Essa fonte de informação foi utilizada por ser São Paulo o mercado consumidor do principal produto agrícola do município, queijo da canastra, comercializado pelos queijeiros naquele estado.
- 13/ Este procedimento obedece os seguintes passos: (a) Inicialmente identificar os tipos de força de trabalho empregados na unidade de produção (familiar, trabalhadores permanentes; trabalhadores temporários; parceiros); (b) o número, a idade, o sexo e o tempo de trabalho das pessoas que compõe cada um desses tipos de força de trabalho; (c) Transformar o tempo de trabalho dos homens, mulheres e crianças em uma medida única denominada "equivalente-homem" (E-H). Um equivalente-homem (E-H) corresponde à força de trabalho de um homem adulto empregado em 300 jornadas. Uma jornada corresponde à 8 horas de trabalho, ou seja, um dia-homem. Para o cálculo do total de trabalho absorvido por uma UP converteu-se o trabalho de crianças e mulheres em (E-H). Para essa conversão, utilizou-se a tabela de EH, citada por ALENCAR & MOURA FILHO (1988).
- 14/ Lamedouros são jazidas de sal localizadas às margens do rio São Francisco, e usadas como alimento para o rebanho bovino.
- 15/ Queijeiros são indivíduos que levam os "queijos da canastra", para serem comercializados, em São Paulo. Por terem um excelente aceitação, obtem melhores preços no mercado paulista. Esses queijeiros são também produtores rurais que levam seus produtos e de outros produtores para serem comercializados em São Paulo. Alguns insumos e outros produtos de consumo agrícola são também comprados em São Paulo para aproveitar o transporte de volta.
- 16/ Alguns produtores durante o ano de 1980, resolveram não atender aos pedidos do IBAMA para desocupar a área do PNSC e mesmo tendo sido avisados que a Polícia Federal seria chamada para desocupar as terras desapropriadas, resolveram permanecer em seus retiros de pedra. Quando a Política Federal chegou à São Roque de Minas os produtores

considerados líderes foram presos e chegaram a responder aos processos na Justiça Federal pelos danos causados aos ecossistemas do Parque, tendo sido considerados culpados foram condenados a dois anos de reclusão, os quais cumpriram em liberdade (sursis) por serem réus primários e não terem antecedentes criminais. MINAS GERAIS (1983).

17/ Retiros de Pedras são construções, localizadas no Chapadão e que eram usadas como curral para o gado leiteiro, uma vez que o restante do rebanho era criado de forma extensiva. Os retiros de pedra abrigavam também um galpão onde eram produzidos os queijos da canastra e se chamavam "retiros de pedra" por serem feitos das pedras encontradas abundantemente no Chapadão.

18/ Segundo BERTONI & LOMBARDI (1990) a classe de capacidade de uso, solos classificados como classe VI, correspondem a terras impróprias para culturas anuais, mas que podem ser aproveitadas para certos cultivos permanentes como pastagens, florestas e algumas culturas permanentes protetoras como seringueira e cacau desde que adequadamente manejadas. Geralmente as limitações que apresentam são em decorrência da declividade excessiva, pequena profundidade do solo, alta pedregosidade ou ainda forte susceptibilidade à erosão.

19/ Mais alguns depoimentos das ações da Polícia Federal na área do PNSC. Transcritos de O Estado de Minas, de setembro de 1980.

1ª fazenda

De propriedade do fazendeiro Euclides Soares de Faria.

*"A polícia Federal de Uberaba, dando cobertura à Polícia Florestal local, chegou ostensivamente armada de metralhadoras, encontrando apenas o retireiro. Invadiram a casa e deram busca em tudo. Deixaram tudo revirado. Nesta confusão desapareceram: um estojo de vacinar gado, um facão e algumas ferramentas. Também as cercas foram destruídas pelos guardas florestais de São Roque. Fizeram várias ameaças e se retiraram".*

2ª fazenda

De José Fidência - o "Zé Quintiliano" -

*"Chegaram do mesmo modo. O dono da fazenda estava ausente. Foram recebidos pelo seu filho, José da Costa Fidência. Ordenaram que ele levantasse os braços como ocorre nos "far-west". Perguntaram-lhe o que estava fazendo nas terras do governo. Deram*

busca na casa toda. Falaram em matar os cachorros e em colocar fogo na casa. Xingaram bastante e humilharam o rapaz, além de levarem várias ferramentas."

### 3ª fazenda

De Antônio Leite de Melo.

"É importante frisar que esta fazenda está fora da área desapropriada para o Parque - a uma distância aproximada de 5 Km. Mesmo assim não foi respeitada. Lá encontraram o genro do sr. Antônio Leite. Ele negou dar licença para uma busca. Então, de metralhadoras em punho, invadiram a casa e reviraram tudo. Levaram um revólver que estava numa caixa de madeira, de onde também desapareceram cr\$ 49 mil. O fato foi levado ao conhecimento da Delegacia de Polícia local e me informaram que estão tomando providências judiciais."

### 4ª fazenda

De Josias Limírio Gomides - vulgo Josa

"Também esta fazenda está fora da área desapropriada. Lá encontraram o retireiro e o ameaçaram para que entregasse sua arma. Como negou que a possuía, enfiaram-lhe a metralhadora na boca e o jogaram no chão. Deram busca na casa e se retiraram fazendo várias ameaças."

### 5ª fazenda

De Roque Francisco da Silva -

"Chegaram perguntando-lhe por que estava com o gado no retiro. Ele respondeu que era por não haver mais pastagens na outra fazenda e também por não ter recebido até hoje o dinheiro de suas terras desapropriadas. Deram busca na casa e levaram uma espingarda. Enfiaram-lhe a metralhadora nas costelas com tanta violência que o rapaz ficou 15 dias sem poder trabalhar. Tomaram um relógio de um jovem de 16 anos, mandando devolvê-lo posteriormente."

### 6ª fazenda

De Francisco Bernardes de Oliveira, o Chico Cera.

"O interessante é que este fazendeiro é o delegado de polícia da cidade. Nem por isso foi respeitado. Encontraram seu peão já trazendo o gado de volta por ordem do próprio sr. Francisco. Fizeram o rapaz appear e lhe deram busca. Pediram-lhe a arma e ele negou estar armado. Pediram-lhe então que lhes entregasse a arma do patrão. Também não a possuía. Perguntaram-

*lhe por que fora designado para buscar o gado. Respondeu que era o empregado de confiança do patrão. Fizeram-lhe algumas ameaças e se foram".*

7ª fazenda

De Osvaldo Freitas - O Nêgo Luís -

*"O sr. Osvaldo estava em Delfinópolis. Mandaram então buscá-lo na cidade. Ao chegar na fazenda foi recebido com grande xingatório. Meteram-lhe a metralhadora na barriga, deram-lhe vários chutes e empurrões. Fizeram lhe ameaças e admoestações, deixando "Nêgo Luís" bastante machucado".*

8ª fazenda

De Antônio Leite de Melo Primo - o Antonio Ricardo.

*"Não consegui falar pessoalmente com o sr. Antonio Leite, por isto os fatos ocorridos em sua fazenda carecem de detalhes. Contudo, é voz corrente que o sr. Antonio Leite foi obrigado a assinar um documento "a posteriori", de doação de um boi que já teria sido transformado em churrasco pelos policiais".*

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALENCAR, E. An interpretative study of agricultural cooperative as a means for farmers to adept to the social system: a case study in southern -Minas Gerais- Brazil. Reading, University of Reading, Agricultura Extension and Rural Development Centre, 1986. 317p. (Tese de Doutorado).
02. \_\_\_\_\_. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. *Cadernos de Administração Rural*, Lavras, 2(1):23-43, jan./jun. 1990.
03. \_\_\_\_\_ & MOURA FILHO, J. *Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo*. Lavras, ESAL, 1988. 27p. (mimeografado).
04. ANDRADE J. A. Verso e Reverso In: *Retratos do Brasil*. São Paulo, Política, 1985. V.2, p.295-9.
05. ANDRE, M.E.D. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, I. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, Cortez, 1989. p.34-45.

06. BARAUNA, F.G. Caracterização sócio econômica de unidades de produção: um estudo de caso no núcleo colonial JK Município de mata de São João - BA. Lavras, ESAL, 1988. 82p. (Tese MS).
07. BARBANTINI JR O. Parque Nacional ameaça Mata Atlântica. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 jun. 1989.
08. BERTONI J. & LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. São Paulo, Icone, 1990. 335 p.
09. BORG, P. La planificación de los Parques y los derechos de los pueblos nativos. Parques, Washington, 1(4):1-2, 1977.
10. CENTRO DE RECURSOS NATURAIS. Benfeitorias da Serra da Canastra: suas estimativas. Fundação J.P. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, 5(4):9-12, abr. 1975.
11. CROWE, D. Valor paisajístico y social de los Pequenões Bosques. Parques, Washington, 4(1):5-7, 1979.
12. DAVIS, K. & MORE, W. Alguns princípios de estratificação social. In: BERTELLI, A.R. Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 101-115p.

13. DEUTSCHER, J. Looking backward case studies in the progress of methodology in sociological research. In: FILSTEAD, W.J. *Qualitative methodology*. Chicago, Markham, 1971. p.202-15.
14. DINIZ, S.F.G. *Politique des Parcs nationaux au Canada et au Bresil, examen des parcs Nationaux Brasiliens*. Ecolí des gradues Universite Laval, 1990. 164p. (Tese MS).
15. EIDSVIK, H.K. La intervencion del Publico en planeamiento de un parque. Canadá. *Parques*, Washington, 5(2):3-7,1978.
16. FILSTEAD, W.J. *Qualitative methodology*. Chicago, Markhan, 1971. 352p.
17. FOGO atinge região leste do Parque da Serra da Canastra. Estado de Minas, Belo Horizonte, 1 ago 1979.
18. FUNDAÇÃO, denuncia redução de área de Parque Nacional. O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 maio 1976.
19. GALTUNG, J. *Teoria y métodos de la investigacion social*. Buenos Aires, Biblioteca América Latina 1968. 198p.
20. GEOGRAFIA Ilustrada. São Paulo, Abril Cultural, 1971. v.1, p. 181-200p.
21. GERMANI, G. *Política y sociedad in una epoca de transicion*. Buenos Aires, Paidos, 1968. 335p.

22. GONZALES, E.N. & BASTOS, M.I. O trabalhador volante na agricultura brasileira. In: PRINSKY, J. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo, HUCITEC, 1977. P.25-47.
23. GORIO, S. Los Parques nacionales de Nueva Guinea Papua y la participacion de la poblacion. *Parques*, Washington, 3(2):12-14, 1978.
24. GOVERNO quer solucionar problema da Serra da Canastra. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 ago 1979b.
25. GREY, G.C. & CURBELO, G.R.N. Parque Nacional Pico Turquino. Plano de Manejo. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BOTÂNICA, 5, Havana, 1990. *Anais...* Havana, 1990. p.108-112.
26. HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes, 1987. 163p.
27. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Orientação e estratégias para formulação e implantação de Projetos de Educação ambiental para comunidades vizinhas às unidades de conservação**. Brasília, 1988. 58p.
28. \_\_\_\_\_. **Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil**. Brasília, 1983. p.89-91.

29. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra. Brasília, 1981. 78p.
30. \_\_\_\_\_. Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Brasília, 1982. 87p.
31. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. v.25, p.196-8.
32. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. *Campanhas de prevenção às queimadas e aos incêndios florestais nas comunidades limítrofis ao Parna Canastra.* s.l., 1990. n.p.
33. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Departamento de Cadastro, tributação e legislação - ITR, taxas de serviços cadastrais, contribuição do INCRA, seis decretos e instituições especiais. Brasília, 1983. p.145-7.
34. KAGEYAMA, A. & SILVA, J.F.G. da. Produtividade e emprego na agricultura brasileira. In: BELLUZZO, L.C. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.* São Paulo, Brasiliense, 1983. p.192-222.
35. LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. *Fundamentos da metodologia científica.* São Paulo, Atlas, 1988. 238p.

36. LARA, T.A. Caminhos da razão no ocidente. Petrópolis, Vozes, 1988. 175p.
37. LUNA, S.V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1989. p.22-33.
38. MCGANCK, R. A. & GOEBEL, M. El cultivo inestable: Problema de los Parques de la América Latina. Parques, Washington, 4(2):4-8, 1978.
39. MACHLIS, G.E. & TICHNELL, D.L. The state of the world's Parks. West Wiew press, Colorado, USA, 1985. 122p.
40. MASINI, E.F.S. Enfoque Fenômenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1989. p.59-67.
41. MILANO, M.S. Curso de Manejo de Areas Silvestres, Curitiba, FUPEF, 1985. 102p.
42. MILLER, K. Planificacion de Parques Nacionales para o Ecodesarrollo en Latinoamerica. Espanha, Fundacion para la Ecologia y la protecion del medio ambiente, 1980. 500p.
43. MINAS GERAIS. Poder Judiciário Justiça Federal - 1ª Região 4ª Vara. Conclusão do Processo contra os infratores da Lei 4771/61 (letras "d" e "m" artigo 26 Código Florestal). Belo Horizonte, 1983. 7p.

44. MOLINA FILHO, J. Classificação e caracterização sócio econômica das unidades de produção agrícola no Brasil. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1, Rio de Janeiro, 1977. Anais...Brasília, BINAGRI, 1977. p.387-92.
45. MOTA, A.L.P. *Estudo Dendrológico na mata da Casca Danta - Parque Nacional da Serra da Canastra, MG.* Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1984. 183p. (Tese MS).
46. MULLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. *Estudos econômicos*, Rio de Janeiro, 12(9):95-110, ago. 1982.
47. MUNICIPIOS. Revista mensal de Integração Nacional. *Turismo faz indústria em Casca Danta.* Belo Horizonte, Municipalista do Brasil nº 1, out. 1971. 50p.
48. NA SERRA da Canastra continuam os conflitos pelo uso da terra. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 ago. 1979c.
49. NOSSO Século. Os anos do milagre, 1964 - 1980. São Paulo, Editora Abril, 1980.
50. OLIVEIRA, L. Neutros e Neutros. *Humanidades*, Brasília, 5(19) :122- 127, 1988.
51. OLIVEIRA FILHO, A.T. *Áreas Silvestres e Paisagismo.* 2.ed. Lavras, ESAL, 1990. 91p. (Notas de aula).

52. ORGANIZACION E LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA E LA ALIMENTACION Manual de planificacion de Sistemas Nacionales de Areas Silvestres protegidas en America Latina. Santiago, 1988. 137p.
53. OSSOVISKI, S. Estrutura de classe na consciência social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 226p.
54. PÁDUA, M.T.J. Conservação da natureza no Brasil - situação atual. *Silvicultura*, São Paulo 41:13-6, 1986. (CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 5, Pernambuco, 1986.)
55. PAIXÃO, A.L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 4(11): 34-56, Out. 1989.
56. PARQUE da Canastra é invadido e já serve de pasto para gado. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 set 1980.
57. PECUARISTAS da Canastra vão receber verba de 73 milhões. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 ago 1979d.
58. PEREIRA, P.A. & ROSABAL, P.M. Evaluacion ecólogo-paisajistica del Parque Nacional Desembarco del Granma. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BOTÂNICA, 5, Havana, 1990. *Anais...Havana*, 1990. p.202-8.
59. PEREIRA, S.M. Legislação Ambiental - Problemas Fundiários *Brasil Florestal*, Brasília, 10(43):7-15, jun/set. 1980.

60. PEREIRA. La Politique et la législation des parcs nationaux au Brésil. Strasbourg, 1983. 109p. (Tese Doutorado).
61. PEREZ, L.H. Caracterização das áreas agrícolas brasileiras segundo suas formas de produção. Piracicaba, ESALQ/USP, 1975. 190p. (Tese MS).
62. PORTILLO, O.E. Sociosistemas e Ecossistemas Frágeis: em Estudo de Ecologia Humana em Los Tuxtlas, Veracruz, México In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BOTÂNICA, 5, 1990. Anais...Havana, 1990. p.60-6.
63. QUINTÃO, A.T. Evolução no conceito de Parques Nacionais e sua relação com processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília, 54:13-8, set./dez 1984.
64. RETRATOS do BRASIL. O desenvolvimento do nordeste sob o Regime Militar. São Paulo, Política, 1985. v.2, p.409-13.
65. RODRIGUES, A. *Psicologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1972. 573p.
66. SAINT-HILAIRE, A. Viagem às nascentes do Rio São Francisco (1819). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975. 190p.
67. SERRA da Canastra incendiada ilegalmente segundo ecólogo, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 79.
68. SOARES, G.A.D. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 152p.

69. SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 152p.
70. \_\_\_\_\_; POMTERMAYER, M.J. & CORADINI, O.L. Camponeses e Agroindustria: transformação social e representação política na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 118p.
71. \_\_\_\_\_ & WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B. & ALMEIDA, H.H.T. Sociedade e Políticas no Brasil pós 64, São Paulo, Brasiliense, 1983. p.165-90.
72. SOUZA, W. de. Planejamento da rede viária e zoneamento em unidades de conservação empregando um sistema de informações geográficas. Viçosa, UFV, 1990. (Tese MS).
73. TAYLOR, C. Interpretation and the science of man. In: RABINOW, P. & SULLIVAN, W.S. *Interpretive social science: a reader*. Berkeley, University of Califórnia Press, 1979. p.25-71.
74. TRIVINOS, A.N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 173p.
75. TROMBETA, N.V. Grupo associativo na perspectiva de produtores rurais: um estudo de caso na região sul de Minas Gerais. Lavras, ESAL, 1989. 156p. (Tese MS).

76. UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia mundial para a conservação; a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo, 1984. n.p.
77. VAZ, D.P. Os pontos críticos da natureza brasileira. *Revista Geográfica Universal*, Rio de Janeiro, (201):104-12, jul 1991.
78. VILAS BOAS, A. A. *Organização da produção agropecuária e integração ao setor urbano industrial: um estudo de caso*. LAVRAS, ESAL, 1992. 127p.
79. VILELA, D. *Carta Aberta ao Presidente do IBDF*. Piumhi, 20 out. 1978.
80. WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 530p.
81. WETTERBERG, G. Parks Forests, and Foresters in South America *Journal of Forestry*, Washington, 85(5):37-42, May 1987.

A P È N D I C E

## APÊNDICE 1

## Procedimentos Adotados Para Categorização Sócio-Econômica dos Entrevistados.

Para traçar os perfis sócio-econômicos, inicialmente os produtores foram divididos em dois grupos, tendo como referência o tipo de mão-de-obra que predominava em suas unidades de produção UPs, se contratada ou familiar. Em seguida, esses dois grupos foram subdivididos tendo em vista a variável VBPA e a relação VBPC/VBPA.

*Primeiro grupo:* Produtores que utilizam predominantemente mão-de-obra familiar em suas UPs.

Sub-grupo 1: Apresentavam baixos níveis de renda bruta e baixos níveis de comercialização;

Sub-grupo 2: Apresentavam baixos níveis de renda bruta e altos níveis de comercialização;

Sub-grupo 3: Apresentavam níveis médios e altos de renda bruta e altos níveis de comercialização.

*Segundo grupo:* Produtores que empregavam predominantemente mão-de-obra contratada em suas UPs.

Sub-grupo 4: Apresentavam baixos níveis de renda bruta e baixos níveis de comercialização.

Sub-grupo 5: Apresentavam níveis médios de renda bruta e altos níveis de comercialização.

Sub-grupo 6: Apresentavam altos níveis de renda bruta e altos níveis de comercialização.

Este perfil inicial foi reajustado, dando origem a quatro categorias - sócio econômicas de produtores as quais foram

identificadas pelas letras A, B, C e D.

Observa-se que o primeiro grupo contém produtores (Subgrupo 1) com características típicas de camponeses (mão-de-obra familiar, baixo nível de renda bruta e baixo nível de comercialização) e produtores (sub-grupo 3) com características de empresários familiares (mão-de-obra familiar, nível médio ou alta renda bruta e alto nível de comercialização, bem como produtores (sub-grupo 2) que se posicionaram entre esses dois tipos de produtores, os quais são usualmente, denominados "tipos híbridos" (ALENCAR & MOURA FILHO, 1988) e (VILAS BOAS, 1992). Os produtores que apresentam características típicas de camponeses (sub-grupo 1) e os que apresentavam características híbridas (sub-grupo 2) foram agrupados na categoria A, (Quadro 1, p. 48) a qual passou a ser denominada "camponesa". Juntou-se à categoria A os produtores do segundo grupo que, embora empregassem predominantemente força de trabalho contratada em suas UPs, apresentavam, a exemplo dos demais componentes dessa categoria, baixos níveis de renda. Além dessa situação comum, as atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades de produção desses produtores (sub-grupo 4), estavam mais voltadas para a subsistência (a relação VBPC/VBPA, era inferior a 50%). A utilização de mão-de-obra contratada pelos produtores do sub-grupo 4 era uma condição imposta pela idade avançada desses entrevistados e pela ausência de filhos para ajudá-los nas atividades agropecuárias. Justifica-se desta forma, a inclusão dos produtores do sub-grupo 4, na categoria A.



Os produtores do sub-grupo 3, em decorrência de suas características foram denominados "empresários familiares" e constituíram a categoria B (Quadro 1, p. 48). Os entrevistados posicionados no sub-grupo 5 e 6, possuíam características de empresários agrícolas capitalistas, tomando como referência as variáveis básicas utilizadas neste estudo. A única diferença entre eles relacionou-se com os níveis médios de renda bruta dos produtores do sub-grupo 5. Assim os produtores posicionados no sub-grupo 5 foram denominados "empresários agrícolas com níveis médios de renda" e os produtores posicionados no sub-grupo 6 foram denominados "empresários agrícolas com altos níveis de renda" constituindo, respectivamente, as categorias C e D (Quadro 1, p. 48).